

## Capítulo 1

# **Porque são as cadeias de valor regionais importantes para a recuperação económica em África**

Este capítulo sugere que os decisores políticos em África possam desenvolver cadeias de valor regionais, a fim de acelerar a transformação produtiva do continente e criar empregos de qualidade. Em primeiro lugar, explica a necessidade de se repensar a participação de África nas cadeias de valor globais como forma de aumentar a produção local e de acompanhar a recuperação económica global da pandemia de COVID-19. Em segundo lugar, apresenta o potencial da Zona de Comércio Livre Continental Africana para reforçar as cadeias de valor regionais. A análise destaca os principais desafios no desenvolvimento das cadeias de valor regionais e os riscos subjacentes para o desenvolvimento sustentável. Por último, o capítulo identifica três tendências aceleradas pela crise da COVID-19 que afetam as políticas públicas para as cadeias de valor regionais: a mudança do contexto de investimento, a transformação digital em África e o impulso global para a sustentabilidade.

# EM SÍNTESE

O reforço da produção local através de cadeias de valor regionais é fundamental para que África recupere dos choques económicos da pandemia de COVID-19. A Zona de Comércio Livre Continental Africana pode facilitar o desenvolvimento de cadeias de valor regionais, abordando os custos comerciais intra-africanos, os obstáculos ao investimento e a falta de competitividade. O nível de intensidade de produção nas exportações intra-africanas é o dobro do nível das exportações do continente para o resto do mundo. No entanto, as exportações intra-africanas representam apenas 15 % do total das exportações africanas e devem continuar a ser desenvolvidas.

O desenvolvimento de cadeias de valor regionais exige a superação de riscos e a adaptação a novas tendências. Ao reforçarem a produção, os países africanos enfrentam riscos relacionados com a resiliência económica e com a sustentabilidade social e ambiental. Os decisores políticos devem ter em conta esses riscos, conjuntamente com três tendências que a crise da COVID-19 veio acelerar:

- A mudança do panorama global do investimento exige uma coordenação continental para aumentar a atratividade de África para os investidores, especialmente intrarregionais.
- A transformação digital pode facilitar as cadeias de valor regionais, mas aumenta as hipóteses de exclusão e desigualdade.
- O impulso global para a sustentabilidade oferece novas oportunidades de mercado e financiamento para cadeias de valor mais inclusivas e mais respeitadoras do ambiente.

# Porque são as cadeias de valor regionais importantes para a recuperação económica em África

A ZCLCA pode acelerar a transformação produtiva de África e a recuperação sustentável após a pandemia de COVID-19



O custo do comércio intra-africano, a falta de competitividade e os desincentivos ao investimento abrandam o desenvolvimento das cadeias de valor regionais

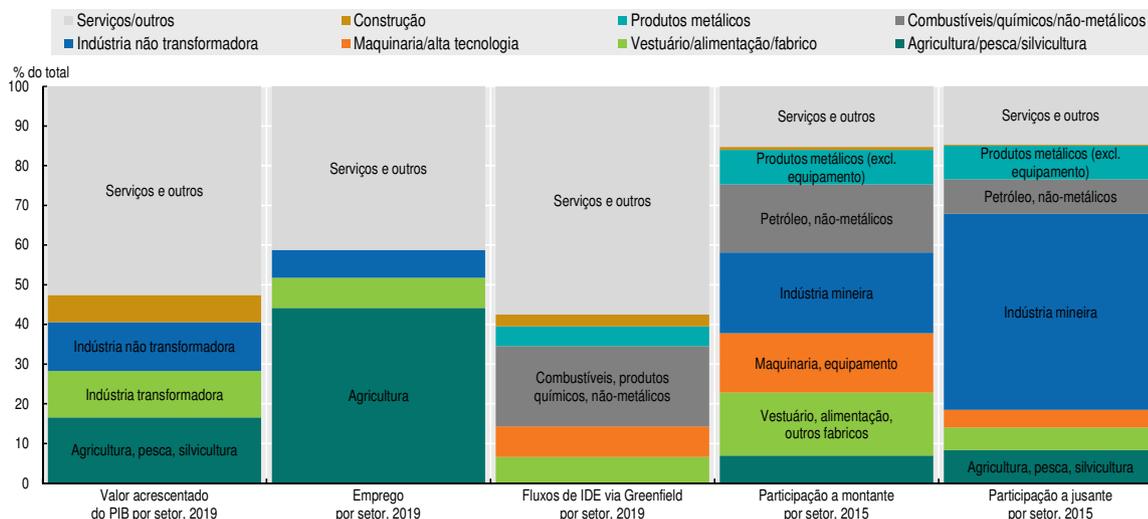


Os decisores devem tirar partido das novas tendências globais



## Perfil continental africano

Figura 1.1. Perfis económicos e comerciais de África, expressos em % do total

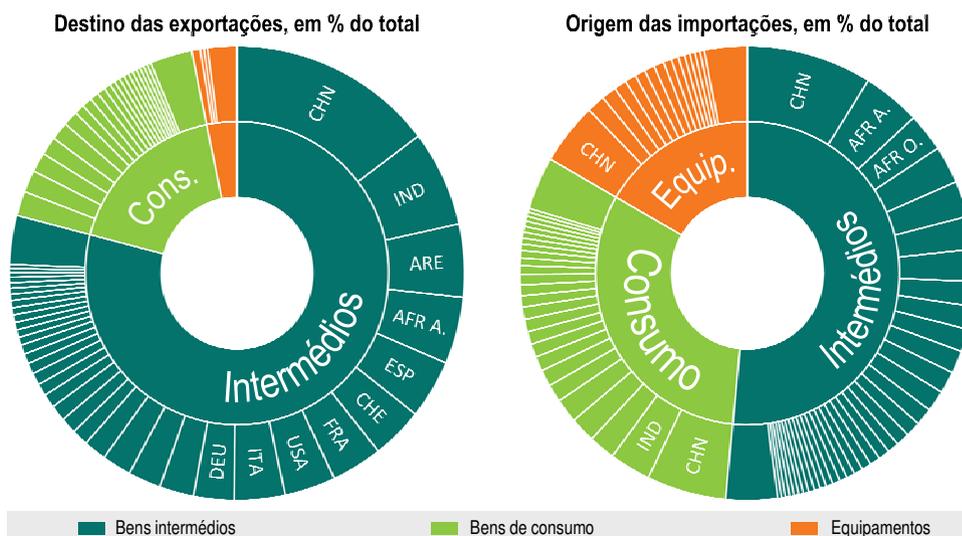


Notas: PIB: produto interno bruto; IDE: investimento direto estrangeiro. As diferentes fontes de dados não utilizam as mesmas definições para os setores económicos, produtos de base ou atividades. Os códigos de cores permitem, no entanto, materializar as áreas de convergência entre as bases de dados.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados de Banco Mundial (2020a), *World Development Report 2020*, GVC Database, [www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data](http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data); fDi Markets (2021), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets); e Banco Mundial (2021a), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.

StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297712>

Figura 1.2. Principais parceiros comerciais de África, por volume de comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos



Notas: Os países parceiros são identificados pelos respetivos códigos ISO de três letras. Os países africanos estão agrupados de acordo com as cinco sub-regiões definidas pela União Africana: AFR C. = África Central; AFR E. = África Oriental; AFR N. = Norte de África; AFR A. = África Austral; AFR O. = África Ocidental. Não é tido em consideração o comércio no seio da União Aduaneira da África Austral (SACU).

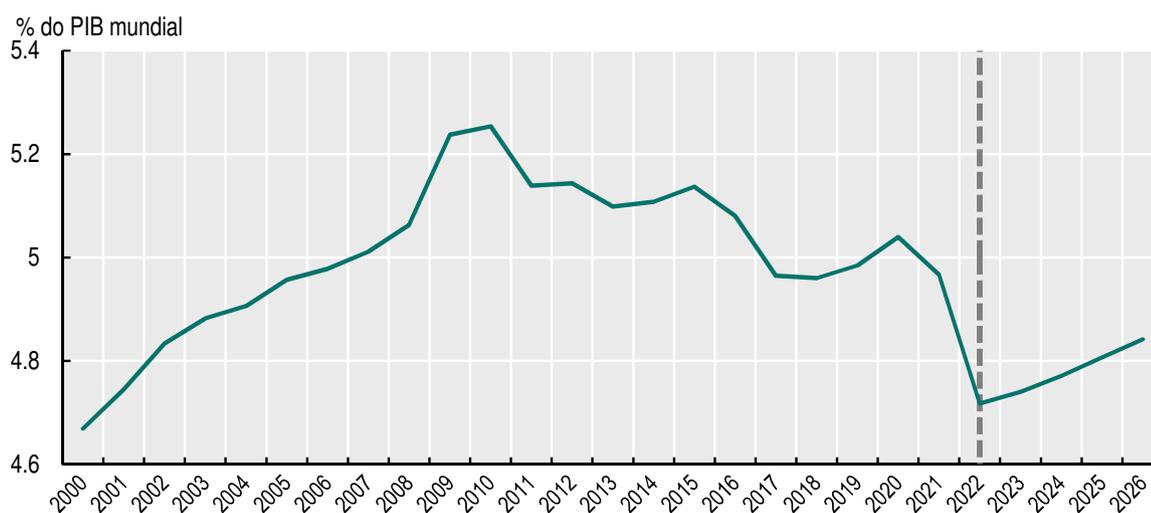
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CEPII (2021), BACI (base de dados), [www.cepii.fr/cepii/en/bdd\\_modele/presentation.asp?id=37](http://www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37).

StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297731>

## África corre o risco de ficar para trás na economia mundial

A pandemia de COVID-19 está a atrasar o processo de convergência económica de África com a economia mundial. O crescimento económico do continente atingirá 3.9 % em 2022, um ponto percentual abaixo da taxa de crescimento do resto do mundo, que se situa em 4.9 %. Em 2022, estima-se que o produto interno bruto (PIB) de África em percentagem do PIB mundial diminua para 4.7 %, o nível mais baixo desde 2002. Isto inverte a tendência de recuperação: entre 2000 e 2010, o peso económico global de África aumentou de forma constante, passando de 4.7 % para 5.3 % da produção mundial (Figura 1.3).

Figura 1.3. Produção africana em percentagem do produto interno bruto mundial, 2000-26



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do FMI (2021a), *World Economic Outlook Database*, projeções de outubro de 2021, <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October>.

StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297750>

### É mais urgente do que nunca fazer face às restrições à produção interna

Os esforços para superar a crise sanitária, acelerar a vacinação e eliminar as barreiras à produção africana serão cruciais para garantir uma recuperação a curto prazo. Os fatores internos - incluindo o necessário distanciamento social e perturbações inevitáveis na produção local - representaram dois terços (64 %) do défice de crescimento numa amostra de dez países africanos (Figura 1.4). Esta constatação sublinha que a procura interna e a produção local são estratégicas para o crescimento de África, como se vê na primeira edição deste relatório (CUA/OCDE, 2018). O restabelecimento do caminho para a convergência económica exigirá o combate à pandemia e a aceleração do processo de vacinação no continente (outras economias mundiais foram capazes de retomar a atividade económica através de campanhas de vacinação maciças). Em 19 de outubro de 2021, apenas 5 % da população africana foi completamente vacinada, apesar de representar cerca de 18 % da população mundial (Mathieu et al., 2021).

Uma recuperação global impulsionará o crescimento de África se as políticas internas eliminarem as restrições à produção local. A recuperação na China, na Europa e nos Estados Unidos (EUA) pode ajudar o crescimento de África a atingir 2.25 % até 2022, de acordo com a nossa previsão para dez países africanos. No entanto, essa previsão permanece 1 ponto percentual abaixo da previsão pré-pandemia de 3.25 % (Figura 1.4). Outras políticas internas, incluindo formas de aumentar a produção interna e restaurar a competitividade das exportações, tanto a nível regional como mundial, são estratégicas para regressar a um crescimento esperado de 3.55 % até 2022.

Figura 1.4. Crescimento do PIB real em dez países africanos, 2015-22



Notas: Os dez países para os quais estavam disponíveis dados trimestrais para a construção deste número são o Botswana, Camarões, Egito, Gana, Quênia, Maurícias, Marrocos, Namíbia, África do Sul e Tunísia; os dados foram ajustados em função das dimensões respetivas dos países no PIB do continente. A figura compara três cenários de crescimento trimestrais para estes países: i) o crescimento do produto interno bruto (PIB) originalmente projetado sem os efeitos do choque económico (cenário “business as usual” da COVID-19) até 2022 T4; ii) O crescimento do PIB depende apenas do crescimento global previsto (cenário “contributos de fatores externos”) até 2022 T4, utilizando as projeções da OCDE para a China, a União Europeia e os Estados Unidos; e iii) o crescimento real do PIB até à divulgação dos dados mais recentes em 2020 T3 (cenário do “choque COVID-19”).

Fonte: Cálculos dos autores baseados no modelo global africano de vetores autorregressivos (ver anexo 1.A1 para mais pormenores).

StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297769>

**A importância relativa dos fatores internos e externos no défice de crescimento varia entre os países.** Nos Camarões, Egito, Quênia, Maurícias, Marrocos, Namíbia, África do Sul e Tunísia, os fatores internos representaram, em média, 66 % do défice de crescimento no segundo trimestre de 2020. Em contraste, no Botswana e no Gana, os fatores internos foram uma fonte de crescimento real do PIB, enquanto os fatores externos induziram uma descida da atividade económica (Figura 1.5). Este último poderá registar uma recuperação mais rápida, uma vez que os fatores externos regressam aos níveis pré-pandemia se conseguirem manter um ambiente doméstico favorável.

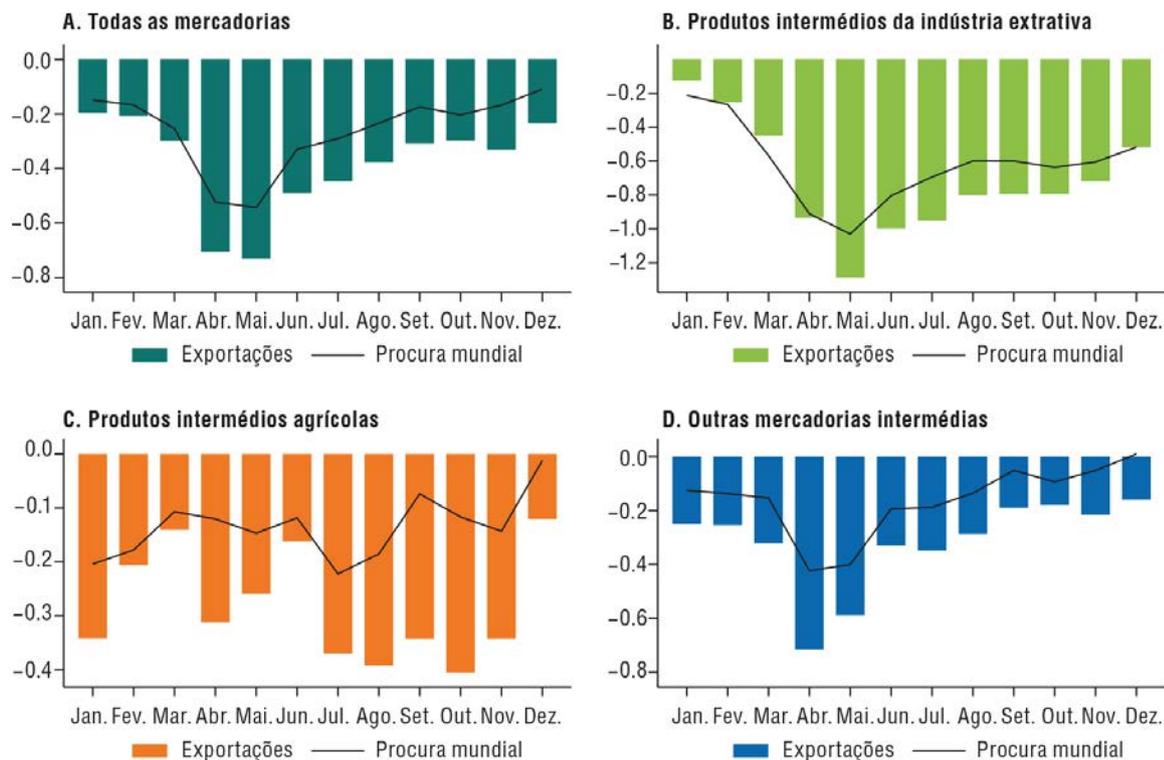
**As exportações africanas têm ficado aquém da recuperação da procura mundial.** Dados comerciais bilaterais relativos a 49 países africanos sugerem que a procura mundial dos seus produtos sofreu um grande declínio no segundo trimestre de 2020 (Figura 1.6, Painel A). Enquanto a procura mundial recuperou no último semestre de 2020, as exportações africanas ficaram aquém dessa recuperação. Os produtos intermédios da indústria extrativa, que representaram 33.9 % das exportações globais de África em 2019, exemplificaram este padrão (Figura 1.6, Painel B). Os bens intermédios da indústria extrativa enfrentaram a maior diminuição entre todas as categorias de bens até maio de 2020. Em seguida, recuperaram com o aumento dos preços mundiais das matérias-primas e dos minérios de base, embora a um ritmo mais lento. Esta tendência durante o choque global em 2020 destaca a vulnerabilidade do setor mineiro africano a choques exógenos. Outros tipos de bens intermédios enfrentaram ainda mais dificuldades em acompanhar a procura mundial (Figura 1.6, Painel D), nomeadamente os produtos intermédios agrícolas (Figura 1.6, Painel C).

Figura 1.5. Impacto da pandemia de COVID-19 no défice de crescimento em dez países africanos, por fatores internos e externos, segundo trimestre (T2) de 2020



Fonte: Cálculos dos autores baseados no modelo global africano de vetores autorregressivos (ver anexo 1.A1).  
StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297788>

Figura 1.6. Crescimento das exportações versus crescimento da procura mundial, África, 2019-20



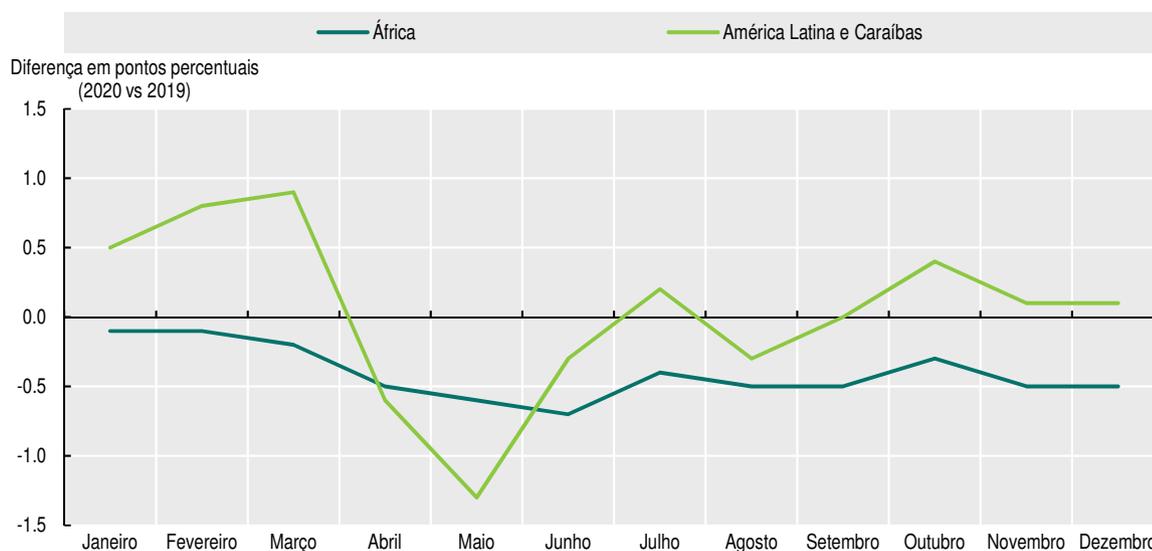
Nota: A figura compara as exportações de cada mês em 2020 com as exportações do mesmo mês em 2019.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados mensais do comércio da ONU (2021), UN COMTRADE (base de dados), <https://comtrade.un.org/>.

StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297807>

Os países africanos correm o risco de perder quotas de mercado para outras regiões, como a América Latina e as Caraíbas, nas redes de produção global. África e a região da América Latina e Caraíbas (ALC) representam, cada uma, cerca de 2 % das importações europeias e norte-americanas. No entanto, as exportações africanas para a União Europeia e os Estados Unidos abrandaram em 2020, sem sinais de recuperação. Em comparação, as exportações da ALC para a União Europeia e os Estados Unidos registaram uma recuperação em V, tendo caído 1.3 pontos percentuais em maio de 2020 em comparação com maio de 2019, mas recuperando para níveis semelhantes aos de setembro do ano anterior. Em contrapartida, embora as exportações de África para a União Europeia e os Estados Unidos já tenham sido inferiores no primeiro trimestre de 2020, em comparação com o ano anterior, a pandemia acentuou esta tendência decrescente, estagnando em cerca de -0.5 pontos percentuais até ao final de 2020, sem sinais de recuperação (Figura 1.7).

Figura 1.7. Evolução da parte das importações da União Europeia e dos Estados Unidos provenientes de África e da ALC, 2020 vs 2019



Nota: Esta figura compara a parte das importações mensais da UE e dos EUA provenientes de África (respectivamente da ALC) em 2020 com a parte das importações em 2019 nos mesmos meses.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados mensais do comércio das Nações Unidas (2021), UN COMTRADE (base de dados), <https://comtrade.un.org/>.

StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297826>

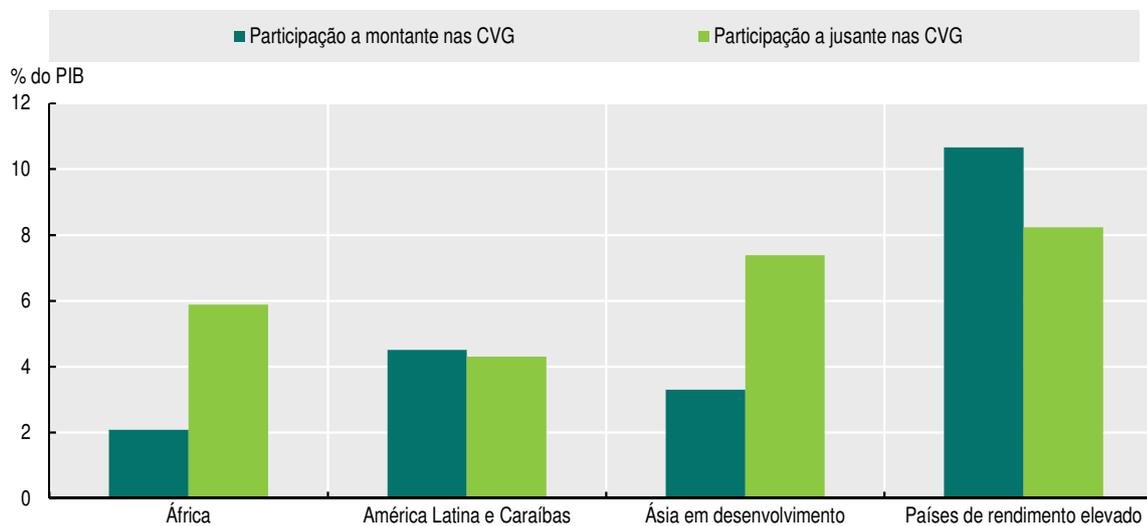
O levantamento das restrições locais de produção será fundamental para acelerar a recuperação económica de África, reduzir a pobreza e criar empregos. A análise deste relatório, baseada nos *Inquéritos a Empresas* conduzidos pelo Banco Mundial, e recolhidos durante o primeiro mês do surto de COVID-19, sugere que os exportadores africanos teriam mais probabilidades de encerrar temporariamente as suas atividades e de sofrer reduções na oferta e na procura dos seus bens e serviços (Banco Mundial, 2021b). Além disso, tecnologias de produção limitadas impedem as exportações africanas de bens agrícolas e outros bens intermédios de acompanhar o ritmo da recuperação da procura mundial (Figura 1.6, Painéis C e D). Por exemplo, muitos exportadores africanos de produtos agrícolas não possuíam capacidade de produção e de cadeia de abastecimento para lidar com as perturbações do comércio e satisfazer as exigências sanitárias e fitossanitárias mais elevadas dos importadores durante a crise. Por último, o número de pessoas extremamente pobres deverá ter aumentado pelo menos em 34 milhões só em 2020 (Lakner et al., 2021). Para criar empregos de qualidade e reduzir a pobreza, a

transformação produtiva em África é cada vez mais importante, especialmente à medida que o financiamento para despesas sociais está a diminuir (CUA/OCDE, 2019).

### A participação de África nas cadeias de valor globais não gerou uma transformação produtiva criadora de empregos

Os atuais padrões africanos de participação em cadeias de valor globais (CVG) não têm conduzido a uma transformação produtiva capaz de acelerar a recuperação económica e a criação de empregos. A participação a jusante – fatores de produção exportados utilizados na produção de outros países – representa cerca de 6 % do PIB de África, na sua maioria como exportações de recursos naturais brutos e de produtos agrícolas, como o cacau não transformado para posterior transformação em países parceiros (Figura 1.8). Em contrapartida, a participação a montante – a utilização de fatores de produção estrangeiros para a transformação interna (por exemplo, o setor da confeção nas Maurícias – abastecimento de tecido na Ásia) – representa apenas 2 % do PIB de África. Como resultado, a participação a jusante é três vezes mais importante do que a participação a montante, um rácio consideravelmente mais elevado do que em qualquer outro lugar.

Figura 1.8. Participação a montante e a jusante do continente africano nas cadeias de valor globais, 2019



Nota: A participação em CVG a jusante refere-se ao valor total das exportações nacionais incorporadas nas exportações estrangeiras. A participação em CVG a montante refere-se ao valor acrescentado estrangeiro total incorporado nas exportações nacionais.

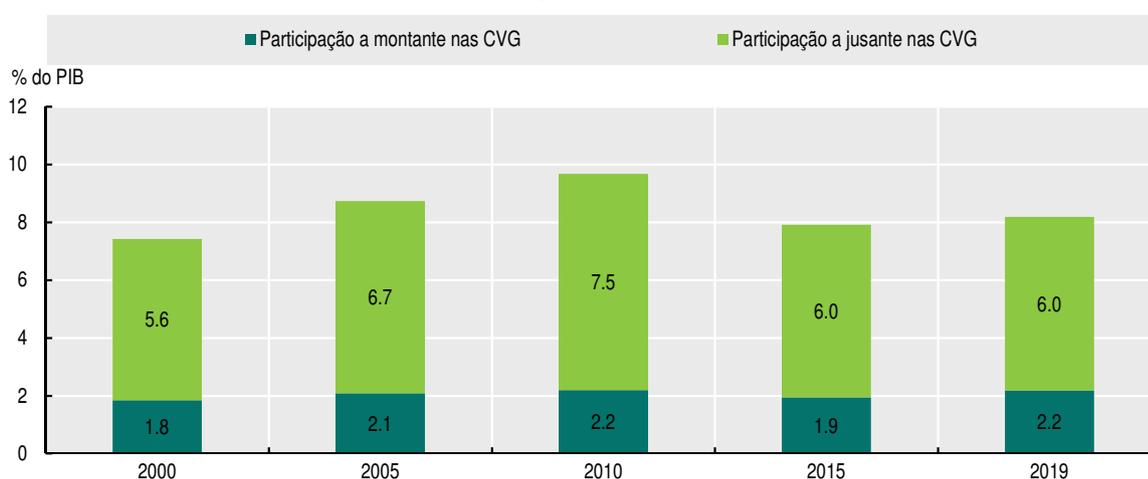
Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados de Casella et al. (2019), UNCTAD-Eora Global Value Chain Database, <https://worldmrio.com/unctadgvc/>.

StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297845>

Os padrões de participação de África nas CVG permaneceram inalterados nas últimas duas décadas. As limitadas ligações a montante de África permaneceram em média nos 2 % desde o início da década de 2000, enquanto as ligações a jusante se mantiveram em torno de 6.3 % (Figura 1.9). Esta estagnação mostra a necessidade de repensar estratégias de integração para beneficiar melhor da participação nas CVG e acelerar a transformação produtiva. Em comparação com a participação a jusante, a participação a montante é mais favorável para que as empresas nacionais desenvolvam capacidades de produção essenciais e adquiram conhecimentos sobre mercados externos, o que lhes permitirá aumentar a sua competitividade e melhorar as cadeias de valor.

A integração de África nas cadeias de valor globais não foi acompanhada pela criação de emprego de qualidade e pela melhoria social. Globalmente, estima-se que um aumento de 1 % na participação nas CVG aumente o rendimento per capita em mais de 1 %, com um aumento mais elevado na participação a montante do que na participação a jusante (Banco Mundial, 2020a). No entanto, nos países africanos, o emprego nas cadeias de valor globais da indústria transformadora está aquém dos indicadores comparativos globais, em grande medida devido à sua baixa competitividade (Pahl et al., 2019). Entre os quatro países africanos em análise – Etiópia, Quênia, Senegal e África do Sul –<sup>1</sup> apenas a Etiópia registou crescimento do emprego graças a uma maior procura mundial de produtos finais têxteis. No entanto, as cadeias de valor orientadas para o consumidor, que requerem uma maior intensidade de mão de obra, como a confeção e o vestuário, criam uma margem limitada para a melhoria e o desenvolvimento a longo prazo ao longo das cadeias, levando assim a preocupações sobre a qualidade do emprego e a mobilidade do investimento (Gereffi e Luo, 2014). Por exemplo, a integração do Lesoto no setor global do vestuário no final dos anos 90 gerou mais de 50 000 postos de trabalho na indústria transformadora – empregando até 10 % da mão de obra do país. No entanto, a eliminação das preferências comerciais do Lesoto para o mercado dos EUA levou a um padrão de “explosão e recessão” para o setor (Fernandes et al., 2019).

Figura 1.9. Participação a montante e a jusante do continente africano nas cadeias de valor globais, 2000-19



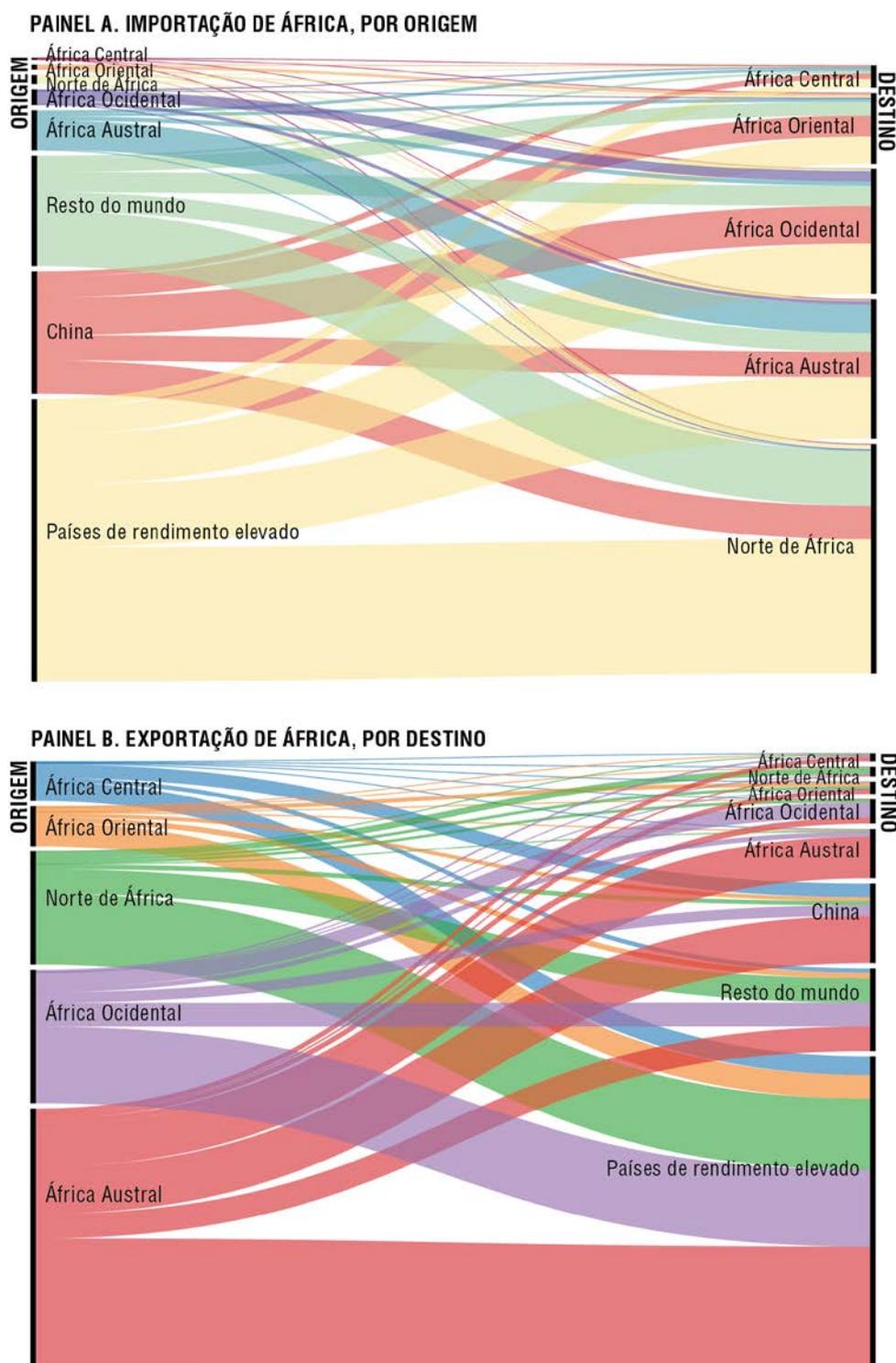
Nota: A participação em CVG a jusante refere-se ao valor total das exportações nacionais incorporadas nas exportações estrangeiras. A participação em CVG a montante refere-se ao valor acrescentado estrangeiro total incorporado nas exportações nacionais.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados de Casella et al. (2019), UNCTAD-Eora Global Value Chain Database, <https://worldmrio.com/unctadgvc/>.

StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297864>

As economias africanas integram-se principalmente em redes de produção internacionais fora do continente, onde é difícil melhorar as cadeias de valor globais. As regiões africanas estão a abastecer-se em grande parte dos seus parceiros comerciais tradicionais (membros da OCDE, incluindo os países europeus e os Estados Unidos), que são também um importante mercado para as suas exportações de bens intermédio (Figura 1.10). Em termos gerais, as grandes diferenças de produtividade entre as empresas africanas, os padrões mais elevados de importação sobre a qualidade dos produtos e dos processos, e os elevados custos comerciais têm limitado a capacidade da África de melhorar a sua participação nas cadeias de valor globais. A capacidade de atualização depende de vários fatores específicos de cada cadeia de valor, como as suas estruturas de controlo e a sua incorporação na economia local.

Figura 1.10. Comércio de bens intermédios por parceiro de África em 2019  
(mil milhões USD)



Nota: Os números não incluem o comércio de hidrocarbonetos [capítulo 27 do Sistema Harmonizado (SH)].  
 Fonte: Cálculos dos autores com base nas Nações Unidas (2021), UN COMTRADE (base de dados), <https://comtrade.un.org/>.  
 StatLink  <https://doi.org/10.1787/888934297883>

A recente integração nas redes de produção da Ásia Oriental não ajudou África a diversificar ou a melhorar a sua capacidade de produção. À medida que o centro da produção mundial se desloca para a Ásia Oriental, a China e a Índia tornaram-se os dois maiores parceiros comerciais de África, representando, respetivamente, 15 % e 6 % das exportações totais de África em 2020 (CUA, 2020). Apesar do aumento dos fluxos comerciais nas CVG, os produtores africanos continuam a abastecer as cadeias de valor asiáticas com matérias-primas e produtos de baixo valor acrescentado, exigindo um nível limitado de competências (Tang et al., 2021). Os recursos não transformados e as matérias-primas agrícolas representam 84 % das exportações africanas para a China e 72 % das exportações africanas para a Índia.

### **O desenvolvimento de cadeias de valor regionais irá acelerar a transformação produtiva de África**

A criação de novas cadeias de valor regionais pode apoiar a atual participação de África nas cadeias de valor globais. Os mercados globais continuarão a ser essenciais para a transformação produtiva do continente, permitindo o acesso a fatores de produção de maior qualidade e a oportunidades de modernização. Marrocos ou a África do Sul melhoraram com êxito a sua produção automóvel para abastecer mercados europeus e outros mercados altamente competitivos. No entanto, o desenvolvimento de cadeias de valor regionais pode ser uma estratégia valiosa para entrar progressivamente em cadeias de valor globais altamente competitivas. Atualmente, os países africanos importam apenas 15 % dos seus bens intermédios do continente, em comparação com os 22 % do Sudeste Asiático (CUA/OCDE, 2019). Entre todas as regiões africanas, só a África Austral tem um fluxo considerável de importações e exportações de bens intermédios com outros países da região.

A transformação regional oferece oportunidades para agregar valor às matérias-primas e produtos agrícolas de África, mas também para aumentar a participação a montante nas cadeias de valor globais. Os produtos transformados e semitransformados representaram 79 % das exportações intra-africanas em 2019, contra 41 % das exportações africanas para outros destinos. Ao satisfazer a procura local, os produtores podem explorar a sua proximidade com os consumidores finais para se especializarem nos segmentos a jusante das cadeias de valor sequenciais (Antràs e de Gortari, 2020). A transformação regional para servir os mercados globais pode também beneficiar da recente proposta “CVGs para PMD” (GVCs for LDCs), permitindo que o valor agregado dos países menos desenvolvidos incorporado nas exportações pelos países africanos de rendimento médio se qualifique para regimes como o “Tudo Menos Armas” da UE (Antimiani e Cernat, 2021).

Explorar complementaridades regionais cria novas vantagens competitivas para os países africanos. A integração dos mercados proporciona a massa crítica de consumidores, competências, fornecedores e outros recursos necessários para desenvolver e ampliar setores intensivos em conhecimento, como as cadeias de valor automóveis e farmacêuticas. A combinação dos principais recursos naturais disponíveis nos países africanos pode criar vantagens competitivas únicas em atividades de alto valor acrescentado, como a produção de baterias (ver Capítulo 3 sobre a África Austral). As economias mais pequenas poderiam beneficiar do acesso a mercados maiores, melhorando as capacidades produtivas locais atraindo novos investimentos intra-africanos e ganhando eficiência com a especialização. No setor digital, por exemplo, as *start-ups* em economias africanas mais pequenas podem tirar partido do acesso a centros de dados de alto desempenho, que estão em grande medida concentrados no Egito, na Nigéria, no Quênia e na África do Sul.

Os mercados regionais são mais favoráveis ao desenvolvimento e descoberta de novas capacidades produtivas. A proximidade física, cultural e institucional e o acesso às redes

de contacto existentes reduzem os custos que as empresas africanas têm de suportar nos mercados regionais e continentais. As exportações intrarregionais de empresas africanas são 4.5 vezes mais diversificadas do que as suas exportações para fora de África (CUA/OCDE, 2019). As novas capacidades que as empresas adquirem ao serviço dos mercados regionais ajudam as empresas a crescer e a sobreviver melhor quando se expandem para mercados mais exigentes, como os de países de alto rendimento (Carrère e Strauss-Kahn, 2017).

## **Os decisores políticos podem tirar partido da Zona de Comércio Livre Continental Africana para desenvolver e beneficiar de cadeias de valor regionais**

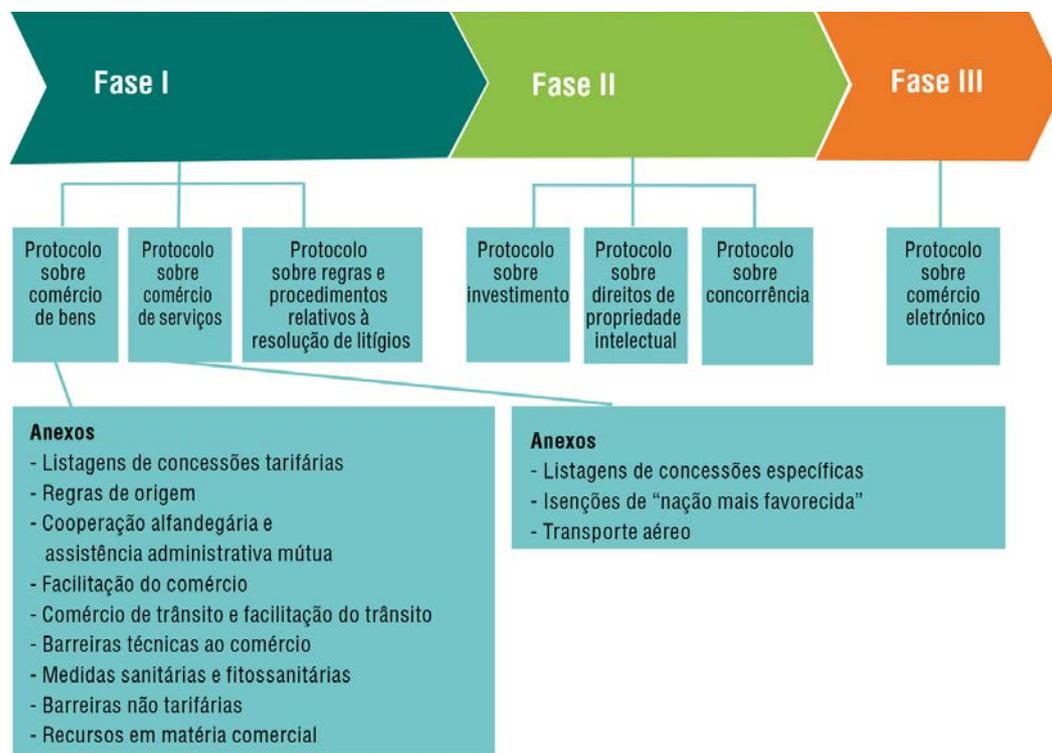
### **A ZCLCA está a desencadear um novo ímpeto para desenvolver cadeias de valor regionais**

A entrada em vigor da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), em janeiro de 2021, abre novas oportunidades para a integração nas cadeias de valor regionais, alargando o acesso aos mercados, aos fatores de produção, à tecnologia e ao investimento. A ZCLCA visa impulsionar o comércio intra-africano ligando 1.2 mil milhões de pessoas e um PIB combinado superior a 3 mil milhões de dólares. É o acordo comercial regional mais profundo em África até à data, uma vez que inclui importantes compromissos em áreas como normas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, direitos de propriedade intelectual e investimento (Banco Mundial, 2020b).

As negociações em torno da implementação da ZCLCA estão programadas por fases, com o objetivo geral de estabelecer posições comuns sobre vários aspetos da integração regional. A Fase I abrange o comércio de bens e serviços, a Fase II os direitos de propriedade intelectual, as políticas de investimento e de concorrência e a Fase III o comércio eletrónico (Figura 1.11). Em dezembro de 2020, a Assembleia da União Africana dos Chefes de Estado e de Governo decidiu acelerar as negociações sobre o comércio digital através da fusão das fases II e III, em resposta à pandemia de COVID-19 (UA, 2020).

Outras iniciativas continentais visam também transformar as economias africanas através da industrialização e das cadeias de valor regionais. Por exemplo, o terceiro Comité Técnico Especializado dos Ministros do Comércio, Indústria e Minérios reuniu decisores políticos em setembro de 2021 para construir infraestruturas de qualidade para o continente, acrescentar valor aos recursos minerais e energéticos africanos, mapear cadeias de valor regionais em África e preparar uma estratégia continental para a indústria automóvel. Mais recentemente, a Cimeira sobre a Industrialização e a Diversificação Económica de África, que teve lugar em Niamey, no Níger, de 20 a 24 de novembro de 2021, confirmou esses compromissos. Outras iniciativas, como o Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA), apoiam o desenvolvimento de corredores estratégicos regionais. Liderada pela Comissão da União Africana, pelo Banco Africano de Desenvolvimento e pela Agência de Desenvolvimento da União Africana – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (AUDA-NEPAD), o PIDA dá prioridade a 69 projetos de infraestruturas transfronteiriças nos setores da energia, transportes, água transfronteiriça e tecnologias da informação e comunicação (TIC) que irão aprofundar a integração continental (UA/AUDA-NEPAD/BAfD, 2021).

Figura 1.11. Principais fases de negociação para a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana



Fonte: Adaptação dos autores com base em Signé e van der Ven (2019), *Keys to Success for the AfCFTA Negotiations and Chidede (2021), AfCFTA Phase II and III Negotiations - Update*.

O choque da COVID-19 está a pressionar os empresários africanos a adaptarem-se, gerando novas oportunidades para se envolverem em atividades de maior valor acrescentado e criarem empregos. A base empresarial de África tem procurado ativamente novas oportunidades em resposta à crise da COVID-19: 53 % dos exportadores africanos inquiridos pelo Banco Mundial ajustaram ou converteram a sua produção ou serviços, em comparação com 39 % dos exportadores de outros países em desenvolvimento (Banco Mundial, 2021b). Algumas atividades até cresceram durante a pandemia e contribuíram para a criação de emprego inclusivo. Por exemplo, o setor de deslocalização de processos de negócios da África do Sul criou 17 354 novos empregos em 2020, principalmente em serviços de voz de primeira linha para os setores de retalho (28 %), serviços públicos e energia (23 %) e telecomunicações (19 %). Os jovens trabalhadores com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos representam 87 % destes novos empregos e as mulheres 65 % (BPESA, 2021).

O contexto global do crescente regionalismo aumenta a necessidade de reforçar a integração intra-africana. As redes internacionais de comércio e produção entre países vizinhos tornaram-se mais comuns, uma vez que se relacionam com uma teoria gravitacional do comércio internacional (ver Caixa 1.1). Esta tendência reflete a mudança da integração multilateral através do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio ou da Organização Mundial do Comércio para uma balcanização dos acordos comerciais entre blocos mais pequenos de regiões geográficas. Neste contexto, a coordenação continental entre os países africanos é, pois, importante não só para garantir o acesso aos fatores de produção e aos mercados aos produtores africanos, mas também para aumentar o poder de negociação coletiva dos países africanos na economia mundial.

Em África, a importância crescente dos mercados internos aumenta a atração gravitacional para o comércio intracontinental. A dinâmica da demografia e da urbanização africanas abre oportunidades para satisfazer as necessidades regionais de bens e serviços essenciais, nomeadamente processamento agroalimentar, materiais de construção, vestuário e produtos farmacêuticos. Por exemplo, na última década, a importação de alimentos para consumo doméstico por parte de África aumentou de 24 mil milhões USD em 2009 para 32 mil milhões USD em 2019. Enquanto a origem intrarregional cresceu de 12 % para 16 % no mesmo período, em 2019 cerca de 40 % das importações de alimentos tiveram origem na Ásia. A modernização das cadeias de valor alimentares será crucial para fazer face à procura crescente a nível regional e oferecer oportunidades adicionais aos produtores. Os Capítulos 5 e 7 exploram melhor as políticas potenciais e conexas para desenvolver cadeias de valor agro-transformadoras na África Oriental e Ocidental.

O desenvolvimento da cadeia de valor também é um aspeto importante nos planos de desenvolvimento nacionais. Uma análise das estratégias industriais existentes nos países africanos e nas comunidades económicas regionais revela uma sobreposição considerável em setores prioritários (CUA/OCDE, 2019). O realinhamento dos interesses nacionais para desenvolver cadeias de valor regionais poderia ajudar a reunir recursos e a obter melhores resultados em matéria de desenvolvimento do que competir pelo investimento e pela transferência de tecnologia. O Capítulo 2 tira lições destas experiências políticas em África.

#### Caixa 1.1. O realinhamento global do comércio internacional à teoria gravitacional

A teoria gravitacional do comércio sugere que a rede de comércio internacional é governada pelo equilíbrio da atração gravitacional de cada país (as suas “massas” económicas relativas) com o custo das transações entre cada par de países (as suas “distâncias”). Na maior parte da história, os países têm realizado algum comércio com países distantes, mas privilegiaram o comércio com os seus vizinhos. Em igualdade de circunstâncias, é provável que o estabelecimento de prioridades para o comércio com os países vizinhos venha a revelar-se mais benéfico em virtude i) de custos de transporte mais baixos; ii) maior capacidade de proteção contra riscos; iii) maiores volumes comerciais potenciais; iv) efeitos de repercussão; e v) a resiliência das relações comerciais, quando apoiada por uma “vontade política” partilhada.

Grande parte do sul mundial fora de África está a redefinir as prioridades comerciais com os seus vizinhos, elevando a parte do comércio intracontinental para 50 % ou mais. Por exemplo, em percentagem das suas exportações totais de mercadorias, as exportações da Índia para a Ásia subiram de pouco mais de 20 % em 1949 para 45 % em 2019. O processo de reconstrução das relações comerciais intracontinentais através de novas infraestruturas leva tempo, assim como o restabelecimento do peso relativo das suas economias e, conseqüentemente, da sua atração enquanto mercados de exportação uns para os outros.

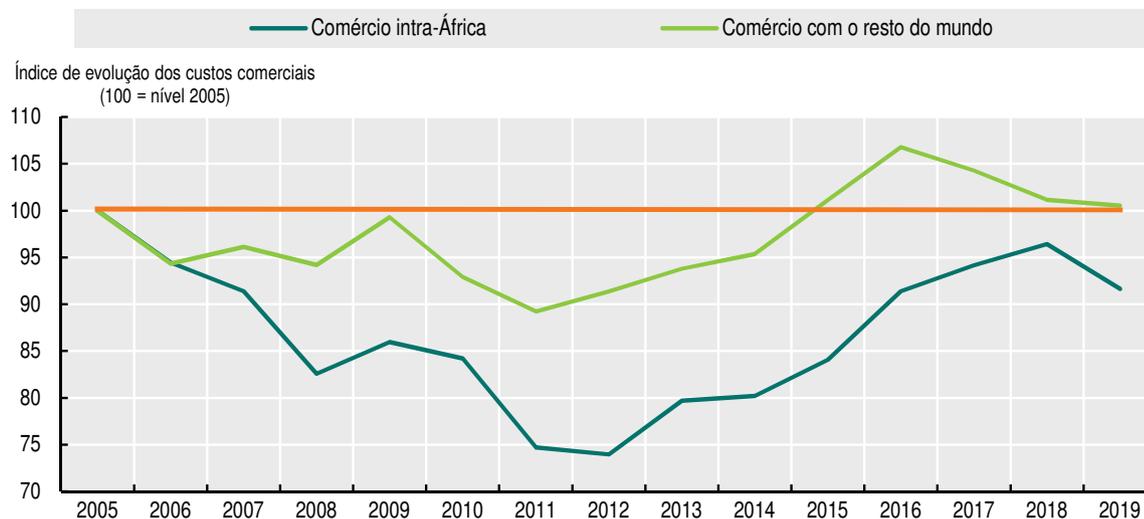
Fonte: Roy (no prelo), «The case for intra-continental trade: The re-orientation of Africa's trade and the twin challenges of development and environment», background paper for *Africa's Development Dynamics 2022*.

#### Os custos comerciais intra-africanos, a fraca competitividade e os obstáculos aos investimentos restringem o desenvolvimento de cadeias de valor regionais

Os elevados custos comerciais continuam a travar o desenvolvimento da cadeia de valor regional. Os elevados custos comerciais restringem as redes de produção, porque os custos crescem sempre que os produtos atravessam fronteiras internacionais. Os

elevados custos das trocas comerciais são também mais prejudiciais para a participação a montante do que para a participação a jusante (Antràs e de Gortari, 2020). Enquanto os custos do comércio intra-africano diminuíram até 2012, hoje voltaram a níveis quase equivalentes a 2005 (Figura 1.12). Devido à crise da COVID-19, espera-se que as perturbações nos transportes e nas viagens, a política comercial restritiva e o aumento da incerteza aumentem ainda mais os custos do comércio mundial (OMC, 2020).

Figura 1.12. Evolução dos custos comerciais intra-africanos e de África com o resto do mundo, 2005-19



Fonte: Cálculos dos autores com base em UN ESCAP/Banco Mundial (2021), ESCAP World Bank Trade Cost Database, [www.unescap.org/resources/escap-world-bank-trade-cost-database](http://www.unescap.org/resources/escap-world-bank-trade-cost-database).

StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297902>

A maioria das empresas africanas não possui os níveis mínimos de produtividade, as competências e a capacidade organizacional necessários para exportar diretamente ou formar relações estratégicas com empresas multinacionais. Os custos fixos relativamente elevados das atividades de exportação e importação implicam uma escala mínima eficiente para amortizar os investimentos necessários à internacionalização. As poucas empresas que estão ativamente envolvidas em cadeias de valor globais são frequentemente mais velhas (com pelo menos cinco anos), estabelecimentos maiores com mais de 100 empregados e filiais locais de empresas multinacionais (Abreha et al., 2020). Poucos estão profundamente enraizados na economia local, limitando assim o potencial de participação indireta em cadeias de valor globais de fornecedores de nível 2 e nível 3. Por exemplo, 66 % dos bens e serviços intermédios para empresas de investimento direto estrangeiro (IDE) no Quênia são importados, contra 25 % no Vietname (Newman et al., 2019).

O reforço da governação económica é fundamental para atrair empresas-piloto para as redes de produção internacionais. A forte governação económica reduz os riscos e a incerteza para as empresas multinacionais que operam no estrangeiro, que representam cerca de um terço da produção mundial e dois terços das exportações globais (Cadestin et al., 2021). Inquéritos recentes sugerem que as empresas multinacionais se concentram principalmente em aspetos da governação económica, tais como estabilidade política e estabilidade macroeconómica, quando escolhem as suas localizações (Banco Mundial, 2020a e OCDE, 2021a). Além disso, quando delegam segmentos da sua produção a outra entidade, as empresas multinacionais valorizam a força executória dos contratos e outros instrumentos jurídicos através de instituições formais. Estes incluem os direitos de propriedade intelectual e o Estado de direito, porque a produção internacional envolve não

só o fluxo de bens tangíveis, mas também intangíveis, como a propriedade intelectual, a tecnologia e o crédito.

**Embora os instrumentos jurídicos ofereçam garantias essenciais às empresas multinacionais, o cultivo de laços informais, parcerias e confiança é igualmente importante para o bom funcionamento das redes de produção internacionais.** A procura de tais relações é particularmente elevada nas cadeias de valor intensivas em conhecimento, devido a preocupações com fugas tecnológicas e às dificuldades de codificação das especificações dos contratos e de antecipação das contingências.

**A coordenação continental é crucial para enfrentar estes desafios interligados.** A escala dos desafios e os benefícios sociais decorrentes do desenvolvimento de cadeias de valor regionais (como a criação de emprego e a industrialização) exigem intervenções públicas, mas os governos nacionais não podem fornecer todas as soluções por si só. A falta de produtores nacionais competitivos em determinados setores estratégicos, como os produtos farmacêuticos, exige uma ação política coordenada, a fim de atrair o investimento e visar o reforço das capacidades (Caixa 1.2). Por último, os novos modos de produção exigem uma cooperação reforçada: o fluxo regular de bens, serviços, dados e finanças para além das fronteiras depende da cooperação internacional para superar os estrangulamentos em toda a cadeia de abastecimento (ver CUA/OCDE, 2021 sobre comércio eletrónico).

#### **Caixa 1.2. Implementar estratégias continentais e regionais para desenvolver cadeias de valor farmacêuticas e médicas em África**

**A dependência das importações de produtos médicos minou a capacidade dos países africanos para enfrentarem a pandemia global.** Pelo menos 70 a 90 % dos produtos farmacêuticos consumidos localmente em África são importados. Em 2020, os principais exportadores de dispositivos farmacêuticos e médicos para África (a União Europeia, a Índia, a Suíça, a China e os Estados Unidos, por essa ordem) impuseram proibições às exportações e/ou encerramento de fábricas, aumentando assim os seus preços, enquanto o reduzido tráfego aéreo aumentou os custos de transporte.

**O setor farmacêutico africano enfrenta três desafios principais:** i) **fraca produtividade;** ii) **acesso limitado dos cidadãos devido a problemas de disponibilidade, acessibilidade e transporte;** e iii) **uma carteira de produtos que carece de qualidade e diversificação** (UNIDO, 2019). Enquanto a Índia e a China contam 5 000 e 10 500 fabricantes de medicamentos, respetivamente, os países africanos partilham apenas 375 fabricantes de medicamentos para 1.3 mil milhões de pessoas. Mesmo quando os medicamentos estão disponíveis, os seus preços não são competitivos devido aos elevados custos de produção. Além disso, os doentes africanos têm de pagar elevadas despesas extrapatrimentais, em média a 36 %, devido aos sistemas de seguro de saúde limitados. Isso limita o retorno do investimento para as empresas farmacêuticas (UNECA, 2019).

**Os governos africanos responderam à rutura das cadeias de valor causada pela COVID-19, redefinindo as capacidades de fabrico e facilitando o acesso a suprimentos médicos.** Empresas africanas de vestuário, como a Hela, no Quênia, foram mobilizadas para produzir equipamentos de proteção pessoal com apoio governamental, e algumas até consideraram a mudança permanente (Maylie, 2020). A nível continental, a Plataforma Africana de Aprovisionamento Médico reuniu a aquisição de equipamento médico através de um sistema de compras digital, independentemente do tamanho de mercado dos países africanos (Nkengasong, 2021). Essas soluções digitais podem agilizar a cadeia de abastecimento de medicamentos e ajudar a realizar economias de escala (Conway et al., 2019).

### Caixa 1.2. Implementar estratégias continentais e regionais para desenvolver cadeias de valor farmacêuticas e médicas em África (continuação)

A ZCLCA poderia facilitar a implementação de estratégias continentais para a criação de uma indústria farmacêutica. Em primeiro lugar, a renúncia a regras de propriedade intelectual poderia impulsionar transferências de tecnologia e permitir a produção local de medicamentos genéricos e vacinas COVID-19. Em segundo lugar, acelerar as iniciativas regionais poderia reforçar as capacidades de criação de instalações de produção regionais. Em 2007, a União Africana estabeleceu o Plano de Fabrico Farmacêutico para África (PMPA) em cooperação com instituições de saúde públicas e privadas africanas e comunidades económicas regionais, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O PMPA visa melhorar as capacidades locais de produção através da formação, investimentos, investigação e desenvolvimento, e de quadros regulamentares harmonizados em conformidade com as normas da Organização Mundial de Saúde relativas às boas práticas de fabrico. A iniciativa da ZCLCA de produção farmacêutica, atualmente lançada em dez países, oferece uma oportunidade para desenvolver sistemas de aquisição conjuntos, a fim de preencher as lacunas de investimento para a produção local em escala.

Fonte: Compilação dos autores.

### Os decisores políticos precisam de controlar os riscos associados ao desenvolvimento das cadeias de valor regionais

A ligação entre o desenvolvimento das cadeias de valor regionais e a resiliência macroeconómica é complexa. Em primeiro lugar, as cadeias de valor regionais podem diversificar as fontes de procura e de oferta para os produtores africanos e reduzir a sua exposição a choques específicos de cada país (Caselli, Fracasso e Traverso, 2019; OMC, 2020). No Quênia, por exemplo, os produtores que servem múltiplos destinos de exportação no mercado do chá e da horticultura aumentaram a sofisticação dos seus produtos em 40 % após a crise financeira global de 2008-09 e a seca de 2011. Em contrapartida, as empresas de destino único registaram uma diminuição de cerca de 30 % na sofisticação do produto (Krishnan e Pasquali, 2020).

Os decisores políticos têm de estar conscientes dos riscos contagiosos que as redes de produção internacionais transmitem. A regionalização pode reduzir a extensão física das cadeias de abastecimento, mas não a sua fragmentação, uma vez que os produtos podem atravessar fronteiras em todas as fases do processo de transformação. A interdependência de empresas e países no âmbito de uma rede de produção internacional sincroniza as suas atividades económicas, tornando-as mais vulneráveis a choques nos países onde se situam partes da cadeia de produção. Na medida em que as economias africanas, especialmente os países ricos em recursos, têm um crescimento do PIB mais volátil do que as de outras regiões (CUA/OCDE, 2018), as cadeias de valor regionais podem expor as suas economias a riscos contagiosos de choques macroeconómicos regionais.

A estrutura de governação das cadeias de valor regionais pode ajudar as empresas a resistir a choques. Um estudo de 2020 sobre a cadeia de valor regional do vestuário na África Austral sugere que os retalhistas sul-africanos honrem os seus acordos contratuais e deem apoio aos seus maiores fornecedores diretos, em parte para preservar relações a longo prazo. Em contrapartida, os produtores mais pequenos que vendem os seus produtos a retalhistas através de intermediários enfrentam fortes reduções de preços e não recebem apoio dos parceiros a jusante (Pasquali e Godfrey, 2021). Numa revisão da literatura existente, Bacchetta et al. (2021) conclui que a propagação de choques através das cadeias de abastecimento depende da complementaridade das sequências

de produção, da concentração de fornecedores ou clientes em cada segmento e do tipo de choques (específicos de localização versus sincronizados globalmente). A supervisão macroeconómica deverá acompanhar atentamente as cadeias de abastecimento caracterizadas pela baixa diversidade de fornecedores ou compradores e pelas implicações sistémicas dos núcleos centrais de uma rede. Os governos podem trabalhar ativamente com as empresas para melhorar a preparação para o risco e prestar apoio temporário em situações de emergência (OCDE, 2021b).

Embora a ZCLCA tenha potencial para criar empregos em África através da liberalização do comércio, a qualidade desses empregos continua a ser uma preocupação. Modelização recente de Bengoa et al. (2021) mostra que a plena aplicação da ZCLCA poderia aumentar o emprego em 2.1 % em comparação com o ano de referência de 2014. As economias mais pequenas, como o Benim e o Togo, deverão colher os maiores ganhos da liberalização do comércio. As projeções do Banco Mundial (2020b) sugerem também uma grande reafetação de postos de trabalho em todos os setores, com um aumento líquido do volume de trabalhadores na indústria transformadora intensiva em energia (como o aço e o alumínio), serviços públicos, comércio, lazer e outros serviços. As instituições para salvaguardar a regulamentação laboral serão cada vez mais necessárias para garantir a criação de empregos de qualidade nas cadeias de valor regionais. Inquéritos de 31 empresas de vestuário no Essuatíni e no Lesoto, que servem os mercados globais e regionais, não indicam diferenças substanciais nas condições de trabalho entre as cadeias de valor regionais e globais (Pasquali, 2021).

Esforços pró-ativos para melhorar o incremento social nas cadeias de valor regionais são essenciais para garantir uma transformação inclusiva. A valorização económica a partir de uma melhor integração nas cadeias de valor não garante melhores condições de trabalho ou rendimentos mais elevados para as empresas e os trabalhadores informais. Um estudo das fábricas de vestuário marroquinas mostra que os compradores de moda rápida a nível mundial oferecem contratos estáveis e melhor proteção social para os seus trabalhadores altamente qualificados, mas empregam simultaneamente contratantes casuais (especialmente em segmentos de embalagem e carregamento) com más condições de trabalho e contratuais (Barrientos, Gereffi e Rossi, 2011). Os decisores políticos têm de enfrentar desafios que vão desde os direitos de propriedade até à proteção do trabalho para assegurar uma distribuição justa dos benefícios aos produtores no fundo das cadeias de valor (Meagher, 2019). Uma melhor consideração dos comerciantes informais transfronteiras, que muitas vezes não são captados pelas estatísticas oficiais (ver Caixa 1.3), poderia ajudar a melhorar a inclusividade e a resistência aos choques. Dados empíricos da África Oriental sugerem que os comerciantes transfronteiriços informais quase entraram em colapso nas fases iniciais da pandemia de COVID-19 (Caixa 1.3).

### Caixa 1.3. A ZCLCA e o comércio informal

A pandemia de COVID-19 expôs a vulnerabilidade dos comerciantes informais africanos a choques. Atualmente, o comércio transfronteiriço informal continua a ser a principal fonte de rendimento para cerca de 43 % das famílias africanas (Afrika e Ajumbo, 2012). Os cortes e os atrasos transfronteiriços causaram um desperdício significativo de alimentos perecíveis e de produtos agrícolas para o comércio africano formal e informal. No Uganda, o comércio transfronteiriço informal desceu de cerca de 44 milhões USD no primeiro trimestre de 2020 para apenas 1 milhão USD em abril de 2020 e teve dificuldades em recuperar após a reabertura das fronteiras (UNECA, 2021). Além disso, os casos de suborno e multas ilícitas por parte de agentes aduaneiros e da polícia de fronteiras aumentaram quase 50 % em abril de 2020, em comparação com o mesmo período do ano anterior (Bouët, Cissé e Traoré, 2020).

### Caixa 1.3. A ZCLCA e o comércio informal (continuação)

A criação de uma base de conhecimentos e de informação sobre o comércio transfronteiriço informal é essencial para os decisores políticos. As estimativas atuais do comércio transfronteiriço informal sugerem que este fluxo pode representar 11 % a 40 % do total das exportações intra-africanas (Mold e Chowdhury, 2021). O Programa de Estatísticas Pan-Africano do Eurostat está a recolher novas estimativas sobre o comércio transfronteiriço informal com base na metodologia da União Africana, a publicar em 2022. Esses dados podem ajudar os decisores políticos a formular, implementar e acompanhar políticas.

A ZCLCA permite aos governos prosseguirem a modernização progressiva do comércio transfronteiriço. Em primeiro lugar, os governos podem reduzir os custos da formalização do comércio transfronteiriço, fornecendo orientações sobre os procedimentos comerciais, estabelecendo balcões únicos para reduzir a carga administrativa, facilitando os pagamentos móveis transfronteiras e adaptando os requisitos de documentação e formalidades aos pequenos comerciantes (especialmente aos que têm baixos níveis de literacia). Os decisores políticos podem também considerar a criação de mercados específicos para o comércio transfronteiriço isento de direitos aduaneiros, à semelhança do programa *haats* ao longo da fronteira entre o Bangladesh e a Índia (Kathuria, 2018). Com cerca de 635 cidades fronteiriças em África situadas a menos de 40 quilómetros de outra cidade, tais espaços comerciais poderiam rapidamente aumentar a eficiência do comércio transfronteiriço informal (OCDE/SWAC, 2020). Além disso, a redução das barreiras comerciais (especialmente nos domínios da segurança e das normas alimentares) e a aceleração dos procedimentos aduaneiros podem continuar a melhorar o comércio informal (Bensassi, Jarreau e Mitaritonna, 2019).

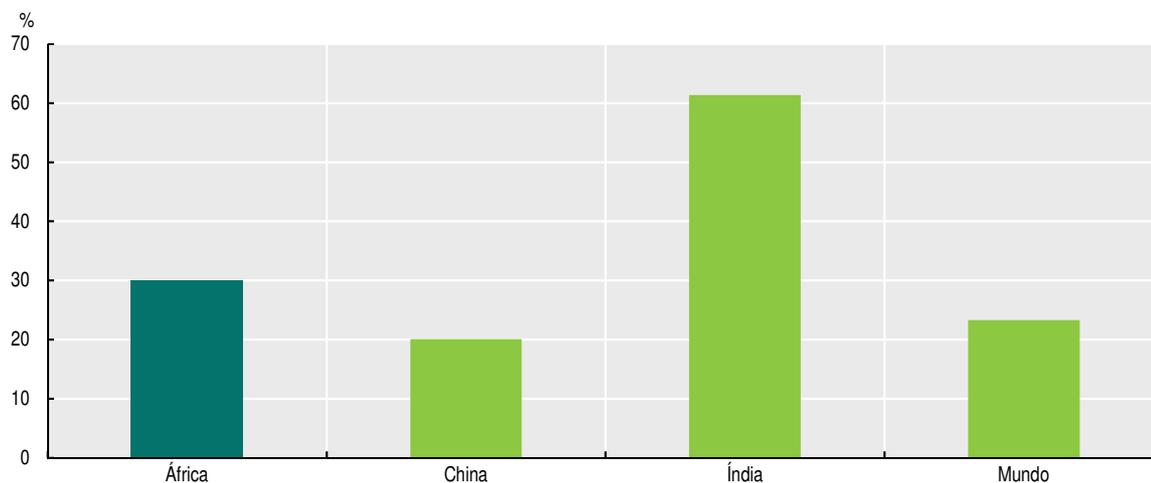
Fonte: Compilação dos autores.

O desenvolvimento de redes de produção regionais acarreta novos riscos para a sustentabilidade ambiental. A participação em cadeias de valor globais pode suscitar numerosos problemas ambientais, desde secas mais frequentes e mais prolongadas até à toxicidade do solo causada por metais, corantes e agentes de branqueamento utilizados na indústria têxtil até à degradação do habitat costeiro resultante da intensificação da aquicultura. Um recente exercício de modelização sugere que, embora a liberalização do comércio e as mudanças nas estruturas produtivas induzidas pela ZCLCA possam levar a uma redução de 21.5 % nos poluentes atmosféricos, deverá aumentar as emissões de CO<sub>2</sub> em 0.3 % e as emissões de gases com efeito de estufa não CO<sub>2</sub> em 19.6 % (Bengoa et al., 2021).

Ao contrário das regiões do mundo desenvolvido que foram capazes de responder sequencialmente às pressões ambientais e de desenvolvimento, a África precisa de enfrentar os desafios ambientais a par do seu desenvolvimento. Por exemplo, enquanto a África contribui com apenas 3 % das emissões globais de CO<sub>2</sub>, novos dados deste relatório mostram que o peso da poluição atmosférica tem vindo a aumentar de forma preocupante na última década. Até 2019, a poluição ambiental causada por partículas (APMP) – em parte devido à expansão da atividade económica e dos transportes<sup>2</sup> – causou pelo menos 383 000 mortes prematuras em África, o que representa cerca de 7.4 % do total de mortes prematuras devido à APMP no mundo, contra 3.6 % em 1990. Esta tendência está a acontecer a um ritmo mais rápido, embora a partir de uma base inferior, do que noutras regiões do mundo: no período 2010-19, o número de mortes associadas à APMP em África ultrapassou em 30 % o do mundo e em 50 % o da China (Figura 1.13).



Figura 1.13. Variação da percentagem de mortes prematuras devido à poluição ambiental causada por partículas em África, China, Índia e no mundo, 2010-19



Fonte: Roy R. (no prelo), «The case for intra-continental trade: The re-orientation of Africa's trade and the twin challenges of development and environment», background paper for Africa's Development Dynamics 2022, baseado em dados de IHME (2019), *The Global Burden of Diseases 2019* (base de dados), [www.healthdata.org/gbd/2019](http://www.healthdata.org/gbd/2019).

StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297921>

## Políticas para cadeias de valor regionais podem aproveitar as tendências aceleradas pela COVID-19

**O cenário de investimento em mutação exige mais investimento intra-africano e coordenação continental**

A escala dos desafios que os governos africanos enfrentam e os limitados recursos disponíveis exigem uma melhor mobilização de recursos internos e a integração do setor privado no financiamento do desenvolvimento de cadeias de valor regionais. Por exemplo, a redução do défice de infraestruturas em África, crucial para o desenvolvimento de cadeias de valor, exigiria entre 130 e 170 mil milhões USD por ano. Devido à crise da COVID-19, as receitas públicas diminuíram 13 % e poderão demorar até 2024 a regressar aos níveis pré-pandémicos. Ao mesmo tempo, o serviço da dívida externa total por parte dos países africanos aumentou de 3.1 % do PIB em 2019 para 4.0 % do PIB em 2020, o nível mais elevado desde 2000. As parcerias estratégicas com o setor privado serão fundamentais para libertar novas fontes de financiamento para as cadeias de valor regionais, especialmente tendo em conta que os fundos privados representam apenas 7-8 % dos investimentos em infraestruturas em África (Ndzana Olomo, 2021).

A COVID-19 perturbou significativamente os fluxos de financiamento externo para África; estas questões exigem também a atenção dos decisores políticos. Os fluxos totais de IDE para África, incluindo tanto o investimento em novas instalações como fusões e aquisições de instalações existentes, diminuíram 18 % em resultado do choque inicial da COVID-19. Esta queda acentuada, de 46 mil milhões USD em 2019 para 38 mil milhões USD em 2020, seguiu-se à recessão mundial do IDE no início da pandemia de COVID-19 (CNUCED, 2021). Além disso, tanto as remessas como os fluxos de carteira para África diminuíram em 2020. Embora as perspetivas globais para o investimento tenham estabilizado em comparação com os períodos iniciais da pandemia, os governos africanos precisam atualizar as suas estratégias de investimento para beneficiar da reorganização das cadeias globais de fornecimento e do imposto mínimo global sobre as sociedades.

**Desbloquear o investimento intra-africano exige que os países harmonizem os seus quadros de investimento e criem ligações**

A ZCLCA poderia aumentar a atratividade de África para os investidores e gerar novas oportunidades para investimentos intra-africanos. A integração dos mercados africanos poderia atrair investimentos produtivos adicionais nas redes de produção regionais existentes (por exemplo, a transformação agroalimentar) e nas cadeias de valor regionais emergentes (por exemplo, farmacêutica). Atualmente, o IDE intra-africano *greenfield* representa apenas 6.8 % do total em 2018, contra 50 % na Ásia (CUA/OCDE, 2019). No entanto, as estimativas baseadas na teoria gravitacional (Caixa 1.1) sugerem que, ao liberalizar o comércio de bens e serviços e implementar os seus protocolos sobre o investimento e os direitos de propriedade intelectual, a ZCLCA poderia aumentar o IDE *greenfield* intra-africano em 14 % em comparação com o nível de 2018 (Shingal e Mendez-Parra, 2020).

O estabelecimento de um quadro comum de investimento pode ajudar a conciliar o ambiente fragmentado de investimento em África. Os governos africanos concordaram com 854 tratados bilaterais de investimento (512 em vigor), dos quais 169 são intra-africanos (44 em vigor). A harmonização da legislação em matéria de investimento interno, em conformidade com o Protocolo da ZCLCA sobre o Investimento, poderia impulsionar os investimentos intra-africanos, uma vez que protege os investidores estrangeiros e reduz o risco e a incerteza para todos os investidores (ver Caixa 1.4).

#### Caixa 1.4. Aplicação do Protocolo de Investimento da ZCLCA

O Protocolo de Investimento da ZCLCA proporciona um quadro comum aos países membros para facilitar a cooperação. Baseia-se no Código Pan-Africano de Investimento (PAIC), adotado pelo Comité Técnico Especializado da União Africana (UA) em Finanças, Assuntos Monetários, Planeamento Económico e Integração em outubro de 2017. Abrange uma vasta gama de questões, incluindo direitos de propriedade intelectual, obrigações dos investidores, concorrência, transferência de tecnologia e tributação (CUA, 2017).

Para tirar partido dos benefícios do Protocolo de Investimento, os membros da UA devem harmonizar a legislação relativa ao investimento interno, incluindo regulamentos comuns sobre a proteção dos direitos dos investidores e o cumprimento nacional. Os países da UA mantêm a autonomia em relação à promoção, facilitação e regulamentação dos investimentos e dos investidores. Vários países africanos desenvolveram estratégias nacionais para a implementação da ZCLCA em parceria com a Comissão da União Africana e organizações regionais e internacionais, incluindo objetivos de investimento em setores estratégicos. A Visão 2030 do Quênia, por exemplo, define seis setores prioritários para atrair investidores e elevar a economia à cadeia de valor. Para coordenar o trabalho dos ministérios e das partes interessadas relevantes a nível interno, o Gana criou gabinetes nacionais de coordenação da ZCLCA e a Nigéria criou comités de ação.

Fonte: Compilação dos autores.

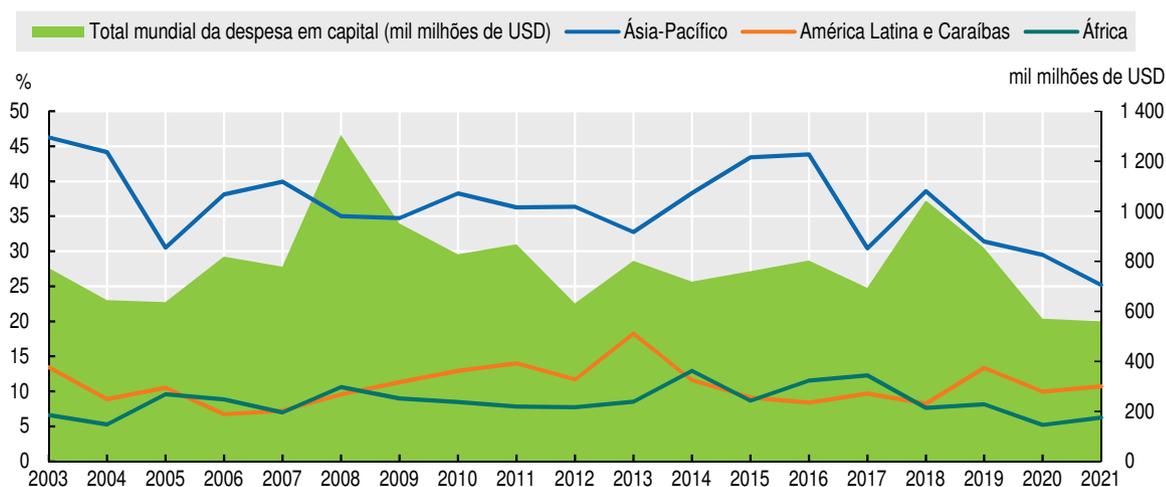
A experiência sugere a necessidade de reforçar as ligações entre as principais empresas africanas e os fornecedores locais. Nos casos em que empresas-piloto e *start-ups* em rápido crescimento em África expandem a sua presença para outros destinos africanos, as suas ligações a montante com fornecedores locais podem continuar a ser limitadas. Um exemplo é a expansão das cadeias de supermercados sul-africanas para países SADC, lideradas por grandes atores do mercado como a Shoprite. Os requisitos de

conteúdo local e os direitos de importação têm oportunidades limitadas de fornecimento, enquanto o financiamento insuficiente, a formação e as oportunidades de ligação em rede impediram os fornecedores nacionais de competir e cumprir as normas (CNUCED, 2021; Nickanor et al., 2020).

#### A potencial reestruturação das redes globais de produção e dos setores digitais em crescimento em África pode criar novas oportunidades de investimento

O IDE *greenfield* para África - refletindo as tendências futuras de investimento - tem seguido uma tendência descendente desde 2017. Figura 1.14 apresenta o abrandamento do IDE *greenfield*, que começou em África e na Ásia-Pacífico antes da pandemia de COVID-19. Os fluxos dirigidos para África caíram de 12.3 % da quota de mercado mundial em 2017 para 5.1 % em 2020, o nível mais baixo desde 2004. A queda dos rendimentos médios do IDE - principalmente nos setores extrativo e mineiro, atualmente em menos de 2 % - pode explicar a tendência descendente que afeta o IDE *greenfield* nos países em desenvolvimento, especialmente nas economias africanas dependentes de produtos de base (Evenett e Fritz, 2021). Um retorno relativamente mais elevado do investimento no setor transformador, de 7 %, poderia potencialmente reforçar a mudança observada em África das atividades extrativas para a indústria transformadora e os serviços (CUA/OCDE, 2021).

Figura 1.14. Investimento direto estrangeiro *greenfield* em África, Ásia-Pacífico, e América Latina e Caraíbas em percentagem das despesas de capital mundiais, 2003-21



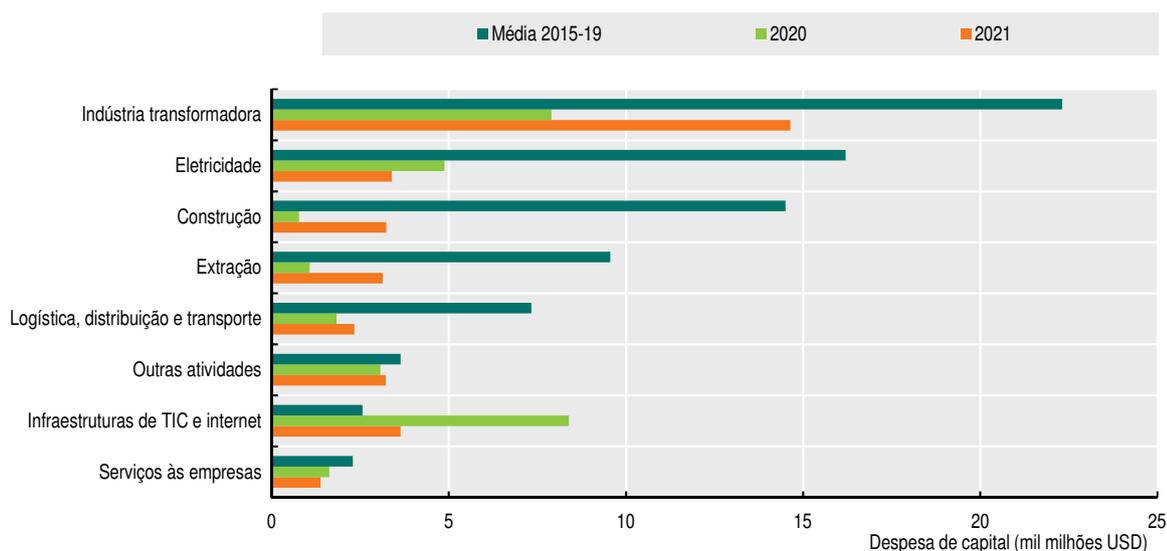
Fonte: Cálculos dos autores baseados em FDI Markets (2021), FDI Markets (base de dados), [www.fdimarkets.com](http://www.fdimarkets.com).

StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297940>

Os ajustamentos potenciais das empresas multinacionais para aumentar a capacidade de resistência das cadeias de abastecimento transfronteiriças aos choques poderiam atrair novos investimentos em África. Por exemplo, aumentar o investimento em países africanos por multinacionais europeias poderia reduzir a distância entre fornecedores e clientes (*near-shoring*) sem transferir todas as operações para os países de origem (*re-shoring*) (UE, 2021). No Norte de África, a “cidade automóvel de Tânger”, em Marrocos, continuou a atrair mais de 50 empresas durante o choque de 2020 desencadeado pela pandemia de COVID-19, devido à proximidade do país e à ligação logística bem estabelecida para a Europa, aos custos competitivos da mão de obra e à estabilidade política. No entanto, as cadeias de abastecimento transfronteiriças continuam a ser complexas e não são fáceis de reconfigurar a curto prazo.

**As infraestruturas das TIC e da internet continuam a ser atrativas para os investidores estrangeiros.** Apesar da tendência geral para a baixa observada no IDE *greenfield* em África, os investimentos nas indústrias TIC do continente aumentaram em 2020, o que poderia acelerar a transformação digital (Figura 1.15) de África. Além disso, a segurança do financiamento das *start-ups* africanas aumentou 44 % em 2020, atingindo um crescimento de cinco anos a uma taxa seis vezes superior à taxa global (Maher et al., 2021). Segundo as projeções, a economia africana na internet poderia atingir 5.2 % do PIB continental até 2025 e aumentar para 8.5 % até 2050, face a 4.5 % em 2020 (Google/IFC, 2020).

Figura 1.15. **Projetos de investimento direto estrangeiro *greenfield* para África por atividade empresarial, 2015-21**



Fonte: Cálculos dos autores baseados em FDI Markets (2021), FDI Markets (base de dados), [www.fdimarkets.com](http://www.fdimarkets.com).  
StatLink <https://doi.org/10.1787/888934297959>

### O imposto mínimo global sobre as sociedades mostra que a coordenação internacional pode reduzir as possibilidades de concorrência prejudicial para o investimento

A introdução de um imposto mínimo global sobre as sociedades, acordado em julho de 2021 e que deverá entrar em vigor em 2023, irá remodelar a atratividade de África para as empresas multinacionais. A coordenação internacional na aplicação de um mínimo global de impostos sobre o rendimento das sociedades ajudará a limitar a concorrência fiscal prejudicial e a aumentar as receitas fiscais para os governos africanos (ver Caixa 1.5). Outros fatores, como a qualidade das instituições económicas públicas, a dimensão dos mercados internos e o acesso a fatores de produção e a mão de obra qualificada, tornar-se-ão ainda mais importantes para as economias africanas atraírem empresas multinacionais.

No entanto, existe o risco de outras práticas nocivas para atrair IDE continuarem a existir, por exemplo, reduzindo as normas laborais e ambientais. A cooperação em matéria de investimento deve, pois, incluir salvaguardas sociais e ambientais, a fim de evitar uma corrida prejudicial nestas áreas. Por exemplo, a integração das normas laborais nas políticas de investimento da ZCLCA, como foi feito noutros acordos de preferência comercial com a União Europeia (Tudo menos Armas) e com os Estados Unidos (Lei do Crescimento e Oportunidades para África), ajudará a reduzir as potenciais pressões sociais decorrentes da necessidade de IDE.

### Caixa 1.5. Receitas públicas: as implicações do imposto mínimo global sobre as sociedades

Os processos paralelos da globalização e da digitalização criaram desafios significativos para a tributação das sociedades. A globalização gera cadeias de valor que abrangem muitos países, podendo ser difícil atribuir-lhes direitos de tributação. Assim, muitas empresas multinacionais acabam por ter baixas taxas efetivas de imposto. A digitalização acentua ainda mais estes desafios, permitindo que as empresas estrangeiras se tornem atores significativos num mercado local, sem a presença física no país que tradicionalmente aciona os direitos de tributação. Estas questões são especialmente importantes para os governos africanos, que, em média, dependem mais do dobro das receitas fiscais das empresas do que os países da OCDE. O imposto sobre o rendimento das sociedades representou 18.8 % das receitas fiscais em África em 2019, contra 10 % na OCDE (CUA/ATAF/OCDE, 2021).

Para responder a estes desafios crescentes, os 141 membros do Quadro Inclusivo sobre Erosão de Base e Transferência de Lucros (BEPS) têm trabalhado para atualizar as normas fiscais internacionais. Mais recentemente, em outubro de 2021, 137 membros chegaram a acordo sobre uma solução de dois pilares para os problemas fiscais relacionados com a digitalização da economia. Os membros africanos do Quadro Inclusivo, juntamente com o Fórum Africano de Administração Fiscal (ATAF), desempenharam um papel fundamental nestas negociações, assegurando que as principais características de conceção fossem adaptadas às necessidades africanas. O primeiro pilar aborda o desafio da presença no mercado sem estar fisicamente presente, estabelecendo o direito de os países onde as maiores e mais lucrativas empresas multinacionais têm os seus mercados tributarem uma parte dos seus lucros. O segundo pilar refere-se ao desafio de taxas efetivas de imposto baixas que existem em algumas jurisdições; introduz um imposto mínimo global de, pelo menos, 15 %.

Estas reformas têm potencial para ajudar os governos africanos a aumentar consideravelmente as receitas fiscais provenientes das empresas nos próximos anos. A nível mundial, prevê-se que o primeiro pilar reafete 100 mil milhões USD a jurisdições de mercado, enquanto o segundo pilar irá gerar mais 150 mil milhões USD de receitas fiscais por ano. O imposto mínimo global ajudará a travar a concorrência prejudicial nos impostos sobre o rendimento das sociedades, que tem visto o uso generalizado de incentivos fiscais generosos, muitas vezes ineficientes em África (por exemplo, mais de 80 % dos países subsarianos ofereceram recentemente isenções fiscais).<sup>3</sup> A reforma dos incentivos fiscais será uma prioridade fundamental para muitos governos nos próximos anos. Essas reformas, juntamente com a aplicação das normas de investimento (sociais ou ambientais), criarão novas exigências aos governos africanos, que exigirão um forte apoio dos parceiros de desenvolvimento.

Fonte: Compilação dos autores.

### A transformação digital pode facilitar as cadeias de valor regionais, mas aumenta o risco de exclusão e desigualdade

A COVID-19 está a acelerar a transformação digital de África, tal como explicado no último relatório sobre as dinâmicas do desenvolvimento no continente (CUA/OCDE, 2021). A nível empresarial, mais de uma em cada cinco empresas africanas começou ou ampliou o uso da tecnologia digital em resposta ao choque da COVID-19, segundo os *Inquéritos a Empresas* da autoria do Banco Mundial (Banco Mundial, 2021b). A utilização dos serviços financeiros digitais também aumentou. O valor das transações de dinheiro móvel em África

aumentou 28 % a partir de 2019 e atingiu um total de 45.4 mil milhões USD em dezembro de 2020. Além disso, vários governos africanos estão a enfatizar a transformação digital como uma componente crítica dos seus planos de recuperação (Tabela 1.1) da COVID-19. A estratégia de transformação digital da UA para a África 2020-2030 é também essencial para dar aos países africanos uma vantagem mais forte na formação da governação global de dados. O Capítulo 1 da edição de 2021 de *Dinâmicas do desenvolvimento em África* (CUA/OCDE, 2021) propõe várias áreas políticas para impulsionar a economia digital regional e superar a fratura digital.

Tabela 1.1. Iniciativas digitais em resposta à COVID-19 em países africanos selecionados

Iniciativa de recuperação digital	
<b>Continental</b>	• Os Estados-Membros da União Africana acordaram, em dezembro de 2020, em acelerar as negociações do Protocolo da ZCLCA sobre o comércio eletrónico, a fim de estabelecer posições comuns sobre o comércio eletrónico, harmonizar os regulamentos da economia digital e criar um mercado único digital africano (UA, 2020).
<b>Camarões</b>	• Através da sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2020-2030, os Camarões tencionam investir 250 mil milhões de francos CFA (440 milhões USD) para expandir a rede de fibra ótica, construir dois centros de dados e implementar um sistema de e-governança.
<b>Egito</b>	• O Egito tenciona investir mais de 360 milhões USD para ligar 1 milhão de agregados familiares com cabos de fibra ótica, para apoiar a recuperação e o desenvolvimento da economia digital.
<b>Gana</b>	• O Gana lançou iniciativas políticas em maio de 2020 para aprofundar a inclusão financeira e construir um ecossistema de pagamentos digitais inclusivo, incluindo regulamentação adequada, proteção dos consumidores e supervisão.
<b>Quênia</b>	• O programa de estímulo económico com 8 pontos do Quênia atribuiu 59 milhões USD para apoiar a educação digital através da contratação de 10 000 professores e 1 000 estagiários TIC (Ministério da Saúde do Quênia, 2020).
<b>África do Sul</b>	• O plano de estímulo ao investimento pós-pandemia da África do Sul envolve sete projetos de infraestruturas digitais que totalizam cerca de 7.3 mil milhões USD e tem potencial para apoiar 707 000 empregos (Habiyaemye et al., 2021).

Fonte: Compilação dos autores.

### A transformação digital pode ajudar a superar as restrições ao desenvolvimento da cadeia de valor regional

**A transformação digital pode reforçar a competitividade dos produtores africanos.** No setor agrícola, por exemplo, as soluções digitais podem ajudar a melhorar a produtividade agrícola, as ligações ao mercado e a inclusão financeira (CUA/OCDE, 2021). A produção tradicional depende também cada vez mais de serviços de entrega digital, como as TIC, os serviços de marketing e de distribuição. A entrega digital representou 57 % das exportações africanas em TIC e serviços empresariais, como seguros, pensões e finanças em 2017.

**As tecnologias digitais podem reduzir os custos do comércio transfronteiriço, aumentando a eficiência dos serviços de apoio, como a logística, o financiamento do comércio e os pagamentos.** As tecnologias de registo distribuído (*blockchain*) permitem, por exemplo, contratos inteligentes que tornam os pagamentos transfronteiras mais rápidos, mais baratos e mais eficientes. Em março de 2021, a OCP executou a primeira transação comercial intra-africana baseada na *blockchain* de Marrocos para a Etiópia, com um valor de 400 milhões USD (OCP, 2021). Na logística, os serviços digitais contribuíram para a manutenção de atividades económicas essenciais durante os confinamentos. Por exemplo, a TradeDepot, uma plataforma de logística eletrónica para a distribuição de micro retalho na Nigéria, estabeleceu uma parceria com o Governo de Lagos como parte da estratégia de resposta alimentar de emergência deste país.

**A adoção de novas tecnologias pode tornar as instituições relacionadas com o comércio mais eficientes e facilitar a implementação da ZCLCA.** As soluções habilitadas para a *blockchain* podem servir na aplicação de regras de origem gerando, armazenando e compartilhando informações, o que permite a verificação em tempo real e de baixo custo da proveniência de um produto. A adoção de processos sem papel e de tecnologias de desalfandamento inteligente também pode simplificar e acelerar os procedimentos



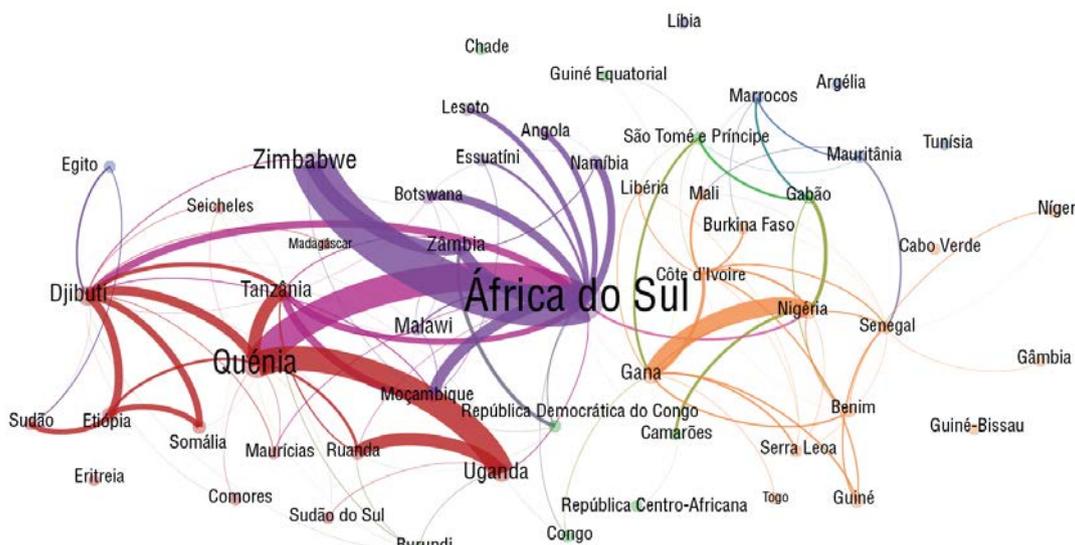
aduanheiros. Por exemplo, o sistema aduaneiro automatizado em Marrocos permite que as empresas terminem os procedimentos de exportação em 15-20 minutos, em vez dos 2-3 dias necessários para recolher documentos em papel (INSME, 2019).

**Novos modelos de negócio digitalmente habilitados permitem que as empresas ultrapassem restrições na execução formal de contratos e integrem atores informais.** Estes modelos facilitam a coordenação, a comunicação e o acompanhamento entre os diferentes intervenientes (como as empresas multinacionais e os seus fornecedores) e as fases das cadeias de valor. Ao mesmo tempo, os contratos inteligentes e os sistemas de reputação em plataformas e mercados digitais fornecem mecanismos alternativos para identificar parceiros confiáveis e garantir a responsabilização sem recorrer a processos judiciais. Isto é especialmente importante para a integração de produtores africanos informais em cadeias de valor regionais. Por exemplo, mais de 13 000 agricultores e 6 000 fornecedores no Quênia utilizam agora a plataforma móvel Twiga Foods para vender os seus produtos diretamente a 2 000 pontos de venda por dia.

**Conseguir ganhos de produtividade, racionalizar o comércio transfronteiriço e envolver-se em atividades digitalizadas requer expandir a economia digital para além das fronteiras.** Estudos sobre mercados africanos mostram que 91 % dos mercados transacionais no continente têm âmbito exclusivamente nacional (ITC, 2020); isto põe em evidência as dificuldades que as soluções digitais têm de ultrapassar o seu mercado doméstico. Os decisores políticos podem ajudar a desenvolver a economia digital além-fronteiras, fornecendo uma regulamentação acomodatória (especialmente no domínio da tributação digital), facilitando normas de interoperabilidade e incentivando as *start-ups* inovadoras a entrar em serviços decisivos como o financiamento e a logística (CUA/OCDE, 2021).

**Garantir um fluxo seguro e contínuo de dados além-fronteiras é fundamental para cadeias de valor regionais competitivas.** O fluxo de informação entre compradores e vendedores apoia todas as decisões, processos de produção e valor acrescentado no contexto da indústria 4.0. Em 2020, a procura por largura de banda internacional da internet (medida pelo pico de tráfego) aumentou 50 % ou mais em 42 das 100 principais rotas internacionais de internet na África. A ligação das economias digitais nacionais africanas às economias regionais deve reforçar a sua competitividade. Estão a surgir novos padrões de *hub-and-spoke* (distribuição radial), em que grandes países, como a África do Sul e o Quênia, estabelecem ligações densas a outras economias africanas (Figura 1.16). Para além de infraestruturas rígidas para o fluxo de dados, é também crucial um sólido quadro de governação continental que equilibre as preocupações económicas, de privacidade e de soberania dos dados.

Figura 1.16. Análise de rede da internet de banda larga intra-africana, 2017-20



Fonte: Cálculos dos autores baseados em Telegeography (2021), *Telegeography Database*, [www2.telegeography.com/telegeography-report-and-database](http://www2.telegeography.com/telegeography-report-and-database).

### A transformação digital aumenta os riscos de exclusão e desigualdade

A transformação digital corre o risco de impedir a grande maioria das empresas e trabalhadores africanos de participarem em redes de produção internacionais. A adoção de tecnologias digitais exige investimentos fixos e competências para além da capacidade da maioria dos atores africanos, limitando ainda mais as suas oportunidades de integração nas cadeias de valor internacionais. Por exemplo, apenas 31 % das empresas africanas têm atualmente o seu próprio *website*, contra 39 % na Ásia em desenvolvimento e 48 % na América Latina e Caraíbas. A concentração excessiva em plataformas digitais de comércio eletrónico pode também conduzir à dependência de fornecedores mais pequenos e pode reduzir a sua capacidade de atualização. Globalmente, a mudança técnica nas cadeias de valor globais é cada vez mais tendenciosa contra a utilização de trabalhadores com baixo nível de instrução em favor de trabalhadores com elevado nível de instrução, limitando assim o potencial das cadeias de valor globais para criar empregos para trabalhadores pouco qualificados em África (Reijnders, Timmer e Ye, 2021).

Finalmente, a automação digitalmente habilitada pode afetar a atratividade de África para investimentos globais e aumentar as desigualdades no mercado de trabalho. Pesquisas recentes sugerem que a automação em grande escala, embora tecnologicamente viável, pode exigir de 10 a 15 anos antes de se tornar economicamente viável nas cadeias de valor africanas de mão-de-obra intensiva, como os têxteis (ODI, 2018). A automatização substitui tipicamente mão de obra não qualificada por mão de obra qualificada, aumentando assim a desigualdade salarial entre trabalhadores qualificados e não qualificados.

#### Caixa 1.6. Cadeias de valor agrícolas nos países africanos de língua portuguesa e a sua digitalização

Os seis países africanos cuja língua oficial é o português constituem uma parte importante da população e da economia do continente. Em 2019, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe tinham no seu

### Caixa 1.6. Cadeias de valor agrícolas nos países africanos de língua portuguesa e a sua digitalização (continuação)

conjunto uma população de 66 milhões de habitantes, um PIB de 120 mil milhões USD e um crescimento real do PIB de 0.5 %.

**Estes países enfrentam diversos desafios na integração em cadeias de valor e na diversificação da base de exportação.** Em 2018, o petróleo bruto representava 83.5 % das exportações de Angola e 63.3 % das exportações da Guiné Equatorial. Em Cabo Verde, as conservas e preparações de peixe representavam a maior parte das exportações totais do país, representando 42.8 %. Em Moçambique, o carvão e os combustíveis à base de carvão constituíram o produto mais exportado, representando 22.1 % do total das exportações. Em São Tomé e Príncipe, o cacau era o produto mais exportado, representando 50.9 % do total. Em 2015, a sua participação conjunta nas cadeias de valor agrícolas globais foi de 76 milhões USD, o que corresponde a 0.05 % do seu PIB combinado, de acordo com dados de Casella et al. (2019). Em comparação, em todo o continente africano, a participação nas cadeias de valor agrícolas globais foi de 8 541 milhões USD.

**A digitalização das cadeias de valor agrícolas pode melhorar o acesso dos agricultores destes países a novos mercados.** Um exemplo é a iniciativa da Vodafone *Connected Farmer Alliance* (CFA) em Moçambique. Esta plataforma para as cadeias de valor agrícolas permite acompanhar os ciclos de produção e facilita os pagamentos móveis. A CFA liga as empresas agrícolas e os pequenos fornecedores, resultando num maior acesso a novos mercados e num aumento da produtividade dos agricultores (Moceviciute e Babcock, 2016). Outro exemplo é a Izysshop, provedora de comércio eletrónico em Moçambique. Vende caixas de frutas e produtos hortícolas provenientes diretamente dos agricultores, que, por sua vez, ganham mais de 100 USD por mês. Esta situação contrasta com a média das receitas mensais típicas de 18-20 USD (GSMA, 2019).

**O aprofundamento da cooperação internacional e das parcerias público-privadas é fundamental para melhorar o conhecimento técnico e o desenvolvimento do mercado local.** Por exemplo, o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) do Governo angolano visa diversificar a economia para reduzir a dependência das exportações de petróleo. O PRODESI fá-lo reforçando as capacidades locais através de iniciativas como o desenvolvimento de uma plataforma digital. Com o apoio da União Europeia, o programa fornece informações sobre os mercados locais e internacionais e os sistemas de rastreabilidade dos produtos (UE, 2020). Desde 2019, o PRODESI ajudou a criar mais de 60 000 empregos através de 807 projetos de apoio a cadeias de valor agrícolas (ANGOP, 2021). Outro exemplo é o projeto de parceria Guiné-Bissau-União Europeia ACTIVA-PAIDR. Este projeto visa desenvolver mercados locais sustentáveis, melhorando o conhecimento técnico e a mecanização agrícola. Ajudou a aumentar a produção de cereais em cerca de 85 % (Instituto Camões, 2021).

Fonte: Compilação dos autores.

**O reforço da capacidade dos produtores e das instituições públicas africanas é fundamental para beneficiar do esforço global em prol da sustentabilidade**

**O enfoque global na sustentabilidade oferece novas perspetivas para cadeias de valor inclusivas e respeitadoras do ambiente**

**O aumento da procura mundial por produção e consumo social e ecologicamente conscientes cria novas oportunidades para os produtores africanos explorarem atividades de maior valor acrescentado. As oportunidades emergentes incluem**

o desenvolvimento de produtos ambientais, modos de produção locais (por exemplo, reciclagem) e energias renováveis, bem como a adoção de rótulos ecológicos, certificação na produção e novas fontes de financiamento. Os cinco capítulos regionais deste relatório oferecem novas perspectivas sobre os papéis que a integração regional pode desempenhar para tirar partido destas novas fontes de procura e para prosseguir atividades de maior valor acrescentado. O Capítulo 3, por exemplo, destaca o potencial do Pacto Pan-Africano para o Setor Automóvel para responder à crescente procura de veículos elétricos, e o Capítulo 5 explica o potencial das energias renováveis para as economias do Norte de África.

**Esta mudança global exerce pressão sobre os produtores, em particular as empresas multinacionais, para que cumpram as normas ambientais, sociais e de governo das empresas (ESG).** Desde o início da pandemia, 48 % das empresas multinacionais inquiridas que operam nos países em desenvolvimento têm aumentado o seu foco na sustentabilidade e descarbonização das cadeias de abastecimento (Saurav et al., 2021). Alguns governos estão a estabelecer instrumentos jurídicos relativos ao dever de diligência em matéria de direitos humanos e diligência ambiental nas cadeias de abastecimento das empresas, tais como o quadro obrigatório proposto pela UE *Human Rights and Environmental Due Diligence*. A aplicação de normas de responsabilidade social das empresas e de normas relativas ao ESG pode contribuir para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores, gerar mais valor para os fornecedores e evitar a degradação ambiental nas redes de produção internacionais. Por exemplo, a extração de matérias-primas para exportação envolve frequentemente a maior percentagem de trabalho infantil (OIT/OCDE/IOM/UNICEF, 2019). Atualmente, entre 28 % e 43 % do trabalho infantil contribui indiretamente para as exportações numa fase inicial da produção da cadeia de abastecimento (como a extração de matérias-primas ou a agricultura). Estas características estruturais têm desafiado a melhoria das cadeias de valor para vários países africanos que dependem das exportações de produtos de base.

**Estão disponíveis novas fontes de financiamento para investimentos ecológicos, sociais e sustentáveis.** O investimento de impacto oferece novas fontes de financiamento para empresas que colocam objetivos ecológicos, sociais e de sustentabilidade no centro dos seus modelos empresariais. Cinquenta e dois por cento dos investidores globais de impacto planeiam aumentar as suas verbas para a África Subsaariana até 2025 (Hand et al., 2020). A nível nacional, as obrigações verdes para investimento público, especialmente em infraestruturas, são cada vez mais atrativas para os investidores institucionais, como os fundos de pensões e as companhias de seguros. Desde 2020, o programa francês de obrigações soberanas verdes alargou a lista de projetos elegíveis – financiados pela emissão de obrigações a investidores internacionais – à componente ambiental da ajuda pública ao desenvolvimento. Este é um importante passo em frente que poderia anunciar um aumento substancial dos fundos de financiamento verdes para África se outras instituições reproduzissem este modelo. Apesar dos potenciais ganhos, entre 2012 e 2020 apenas sete países africanos emitiram obrigações verdes, num total inferior a 4 mil milhões USD (Amundi/IFC, 2021).

**A componente de estímulo fiscal dos planos de recuperação COVID-19 pode incentivar o desenvolvimento de cadeias de valor regionais neste setor.** Os governos africanos, tanto a nível nacional como continental, estão a fornecer apoio fiscal para investir em infraestruturas e energia verdes em resposta à crise da COVID-19 (ver Tabela 1.2). Os regimes adequados de contratos públicos podem utilizar esses fundos e esse dinamismo político para criar uma pressão de procura para o desenvolvimento da capacidade produtiva regional neste domínio.

Tabela 1.2. Recuperação verde em resposta à COVID-19 em países africanos selecionados

Iniciativa de recuperação verde	
<b>Continental</b>	• A Comissão da União Africana lançou um novo plano de ação para a recuperação ecológica continental a cinco anos (2021-2027), com cinco prioridades: i) financiamento climático; ii) energias renováveis, eficiência energética e programas nacionais de transição justa; iii) soluções baseadas na natureza e com enfoque na biodiversidade; iv) agricultura resiliente; e v) cidades verdes e resilientes.
<b>Egito</b>	• Emitiu uma obrigação verde de 750 milhões USD para financiar 1.95 mil milhões USD em projetos de investimento público verde.
<b>Etiópia</b>	• Planeado um projeto de 3.6 milhões USD, a quatro anos, sobre soluções baseadas na natureza para infraestruturas de recursos hídricos e resiliência da comunidade (IISD, 2020a).
<b>Maurícias</b>	• O orçamento para a recuperação 2021/22 afetou 124 milhões USD ao longo de um horizonte de cinco anos ao Fundo Nacional do Ambiente e das Alterações Climáticas, para reabilitar as costas, reforçar o acompanhamento ambiental e visar produzir 60 % das necessidades energéticas do país a partir de fontes verdes até 2030 (FMI, 2021b).
<b>Nigéria</b>	• Investiu 620 milhões USD para a instalação de sistemas solares domésticos para 5 milhões de famílias até 2023 e para criar 250 000 empregos no setor da energia (CES, 2020). • Foram atribuídos 0.37 mil milhões USD para promover a investigação e o desenvolvimento em fontes de energia renováveis e alternativas.
<b>Senegal</b>	• Emitiu uma isenção do imposto sobre o valor acrescentado para 22 tipos diferentes de equipamento de energias renováveis, a fim de estimular o consumo de soluções de energia verde (IISD, 2020b).

Fonte: Compilação dos autores.

### A concretização de tais oportunidades exige apoio político pró-ativo para aumentar a adoção de normas e desbloquear novas fontes de financiamento

As políticas públicas desempenham um papel vital para facilitar a adoção de normas entre os produtores africanos. Os decisores políticos podem promover a atualização através do apoio à rotulagem dos produtos, à certificação internacional, às marcas comerciais e à marca registrada. O sucesso na aplicação de tais normas depende das cadeias de valor específicas e dos contextos locais. Por exemplo, os produtores locais carecem frequentemente de sensibilização e compreensão para os processos de adoção destas normas, e têm competências limitadas e não dispõem de meios financeiros para investimento e execução (CUA/OCDE, 2019). O reforço da capacidade institucional nas infraestruturas de metrologia, normalização e acreditação é também fundamental para garantir a competitividade dos produtores locais, evitar o *dumping* de produtos nocivos (por exemplo, produtos eletrónicos) e evitar atrair atividades industriais poluentes.

O desbloqueamento do financiamento ligado à sustentabilidade exige também intervenções políticas pró-ativas. A coordenação entre os governos africanos, os bancos públicos de desenvolvimento e os doadores é necessária para atrair mais investimento privado, mitigar os riscos, fazer face às restrições de fornecimento e evitar “lavagem verde”.<sup>4</sup> Ao mesmo tempo, a aplicação de normas sociais institucionais pelas empresas multinacionais poderia beneficiar de quadros regulamentares nacionais mais fortes e de uma coordenação com as administrações locais para melhorar a sua visibilidade das cadeias de abastecimento. Por último, a utilização de contratos públicos para apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor regionais exige o reforço da governação para evitar a corrupção e para alargar a elegibilidade das empresas para além dos fornecedores nacionais (ver Capítulo 2 sobre as políticas).

## Anexo 1.A1. Descrição técnica da modelização global por vetores autorregressivos

Desde a sua introdução, em 1980, por Christopher Sims, Prémio Nobel, o modelo de vetores autorregressivos (VAR) é por excelência a ferramenta econométrica utilizada para a análise empírica ou orientada por dados e para a previsão da dinâmica macroeconómica dos países (Sims, 1980). Um modelo global de vetores autoregressivos (GVAR) desloca o VAR da configuração original de um único país para uma configuração de múltiplos países (di Mauro e Pesaran, 2013). Em termos técnicos, um modelo GVAR é um conjunto de modelos VARX interligados – um modelo VAR que inclui um bloco de variáveis exógenas – em que cada VARX corresponde a um país individual. Um VARX resume os dados históricos disponíveis sobre as inter-relações entre as variáveis macroeconómicas internas do país (tais como o produto e a inflação), bem como as inter-relações entre elas e as correspondentes variáveis macroeconómicas dos restantes países do GVAR.

O nosso exercício de modelização do GVAR inclui dez países africanos (Botswana, Camarões, Egito, Gana, Quênia, Maurícias, Marrocos, Namíbia, África do Sul e Tunísia), China, países membros da União Europeia e Estados Unidos. O VARX individual para o Botswana resume as inter-relações entre as variáveis macroeconómicas internas entre si e com as médias ponderadas das mesmas variáveis para todos os outros países. Os pesos resultam da importância do comércio bilateral (importações e exportações) entre o Botswana e cada um dos outros três países no comércio total do Botswana.

As características específicas do nosso exercício de modelização, o modelo OCDE-África-GVAR-1.0, são as seguintes:

- amostra da estimação: séries cronológicas trimestrais para o período 2000 T1-2019 T3.
- variáveis (detalhes por país em Tabela 1.A1.1): produto interno bruto (PIB), índice de preços no consumidor (IPC), taxa de câmbio local face ao dólar dos Estados Unidos dividida pelo IPC interno, taxas de juro de longo prazo.
- transformação das variáveis: a primeira diferença do PIB em logaritmo, a primeira diferença do IPC em logaritmo para países não africanos, a segunda diferença do IPC em logaritmo para países africanos e a transformação da taxa de juro por Pesaran:  $0.25 \times \log(1+r/100)$  em que  $r$  é a taxa de juro nominal em pontos percentuais.
- detalhes da estimativa: mínimos quadrados ordinários equação a equação, excluindo os termos de cointegração.

Tabela 1.A1.1. Variáveis (todas inseridas)

	Endógena			Exógena	
	Produto interno bruto nacional	Índice de preços no consumidor interno	Taxa de câmbio local face ao dólar dos EUA (deflacionada)	Produto interno bruto externo	Taxa de câmbio em moeda estrangeira face ao dólar dos EUA (deflacionada)
Botswana	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Camarões	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Egito	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Gana	Sim	Não	Não	MP	Não
Quênia	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Maurícias	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Marrocos	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Namíbia	Sim	Sim	Sim	MP	Não
África do Sul	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Tunísia	Sim	Sim	Sim	MP	Não
China	Sim	Não	Sim	MPeA	Não
União Europeia	Sim	Não	Sim	MPeA	Não
Estados Unidos da América	Sim	Sim	Não	MPeA	-

Notas: MP = média ponderada; MPeA = média ponderada excluindo África. Em todos os modelos VARX, o índice de preços no consumidor dos Estados Unidos foi utilizado como uma variável exógena adicional.



## Notas

1. Entre os países comparados estão Bangladesh, Brasil, China, Índia, Indonésia, Malásia e Vietname. Tanto os países africanos como asiáticos foram selecionados com base na disponibilidade de dados.
2. De acordo com um exercício de modelização (<https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1029/2018JD029336>), a principal fonte de mortalidade por poluição atmosférica em África é a poeira mineral do deserto (natural), seguida da poluição atmosférica industrial/doméstica – produção industrial, produção de energia, emissões de transportes, emissões domésticas (que não incêndios) – e, por último, a combustão da biomassa. Na África do Sul, a mortalidade por poluição atmosférica é dominada pelos setores industrial e doméstico, o que provoca 15 000 mortes prematuras.
3. Ver [www.oecd.org/tax/options-for-low-income-countries-effective-and-efficient-use-of-tax-incentives-for-investment.htm](http://www.oecd.org/tax/options-for-low-income-countries-effective-and-efficient-use-of-tax-incentives-for-investment.htm).
4. O *Greenwashing* refere-se à prática de fornecer informações enganosas sobre as características de sustentabilidade dos seus produtos.

## Bibliografia

- Abreha, K. et al. (2020), «Africa in manufacturing global value chains: Cross-country patterns in the dynamics of linkages», *Policy Research Working Paper*, N.º 9439, Banco Mundial, Washington, DC, <https://doi.org/10.1596/1813-9450-9439>.
- Afrika, J.-G. K. e G. Ajumbo (2012), «Informal cross-border trade in Africa: Implications and policy recommendations», *AfDB Africa Economic Brief*, Banco Africano de Desenvolvimento. Abidjan, [www.afdb.org/en/documents/document/economic-brief-informal-cross-border-trade-in-africa-implications-and-policy-recommendations-30008](http://www.afdb.org/en/documents/document/economic-brief-informal-cross-border-trade-in-africa-implications-and-policy-recommendations-30008).
- Amundi/IFC (2021), *Emerging Market Green Bonds Report 2020*, Amundi Asset Management e International Finance Corporation, <https://research-center.amundi.com/article/emerging-market-green-bonds-report-2020>.
- ANGOP (2021), «PRODESI com 4 novos projetos aprovados», comunicado de imprensa, 14 de agosto de 2021, Agência de Imprensa de Angola, [www.angop.ao/en/noticias/economia/prodesi-com-4-novos-projectos-aprovados/](http://www.angop.ao/en/noticias/economia/prodesi-com-4-novos-projectos-aprovados/) (consultado em 15 de setembro de 2021).
- Antimiani, A. e L. Cernat (2021), «Untapping the full development potential of trade along global supply chain: 'GVCs for LDCs' proposal», *Journal of World Trade*, Vol. 55/5.
- Antràs, P. e A. de Gortari (2020), «On the Geographic of global value chains», *Econometrica*, Vol. 88/4, pp. 1553-1598, <https://doi.org/10.3982/ECTA15362>.
- Bacchetta, M. et al. (2021), «COVID-19 and global value chains A discussion of arguments on value chain organization and the role of the WTO», *Staff Working Paper ERSD*, Organização Mundial do Comércio, Genebra, [www.wto.org/english/res\\_e/reser\\_e/ersd201203\\_e.pdf](http://www.wto.org/english/res_e/reser_e/ersd201203_e.pdf).
- Banco Mundial (2021a), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators> (consultado em 1 de junho de 2021).
- Banco Mundial (2021b), «COVID-19: Impact on firms», *Enterprise Surveys*, Banco Mundial, Washington, DC, [www.enterprisesurveys.org/en/covid-19](http://www.enterprisesurveys.org/en/covid-19).
- Banco Mundial (2020a), *World Development Report 2020: Trading for Development in the Age of Global Value Chains*, Banco Mundial, Washington, DC, [www.worldbank.org/en/publication/wdr2020](http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2020).
- Banco Mundial (2020b), *The African Continental Free Trade Area: Economic and Distributional Effects*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34139/9781464815591.pdf>.
- Barrientos, S., G. Gereffi e A. Rossi (2011), «Economic and social upgrading in global production networks: A new paradigm for a changing world», *International Labour Review*, Vol. 150/3-4, pp. 319-340, <https://doi.org/10.1111/j.1564-913X.2011.00119.x>.
- Bauer, S. E. et al. (2019), «Desert dust, industrialization, and agricultural fires: Health impacts of outdoor air pollution in Africa», *Journal of Geophysical Research: Atmospheres*, Vol. 124/7, pp. 4104-4120, <https://doi.org/10.1029/2018JD029336>.
- Bengoa, M. et al. (2021), «Environmental effects of the African Continental Free Trade Agreement: A computable general equilibrium model approach», *Journal of African Trade*, <https://doi.org/10.2991/jat.k.210719.001>.
- Bensassi, S., J. Jarreau e C. Mitaritonna (2019), «Regional integration and informal trade in Africa: Evidence from Benin's border», *Journal of African Economies*, Vol. 28/1, <https://doi.org/10.1093/jae/ejy016>.

- Bouët, A., B. Cissé e F. Traoré (2020), «Chapter 5: Informal cross-border trade in Africa», em A. Bouët et al. (eds.), *Africa Agriculture Trade Monitor 2020*, International Food Policy Research Institute, Washington, DC, pp. 119-148, [https://doi.org/10.2499/9780896293908\\_05](https://doi.org/10.2499/9780896293908_05).
- BPESA (2021), «Global Setor Jobs Report Q4 2020», BPESA News, Business Process Enabling South Africa, <https://bpesa.org.za/news/359-gbs-sector-jobs-report-q4-2020.html>.
- Cadestin, C. et al. (2021), «Multinational Enterprises and intangible capital», *OCDE Science, Technology and Industry Policy Papers*, n.º 118, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/6827b3c9-en>.
- Carrère, C. e V. Strauss-Kahn (2017), «Export life and the dynamics of experience», *Review of World Economics*, n.º 3, <https://doi.org/10.1007/s10290-017-0277-1>.
- Casella, B. et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, <https://worldmrio.com/unctadgvc/> (consultado em 15 de setembro de 2021).
- Caselli, M., A. Fracasso e S. Traverso (2019), «Globalization and electoral outcomes: Evidence from Italy», *Economics & Politics*, Vol. 32/1, pp. 68-103, <https://doi.org/10.1111/ecpo.12147>.
- CEPII (2021), BACI (base de dados), [http://www.cepii.fr/CEPII/en/bdd\\_modele/presentation.asp?id=37](http://www.cepii.fr/CEPII/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37) (consultado em 1 de junho de 2021).
- Chidede T. (2021), «AfCFTA Phase II and III Negotiations - Update», Tralac Trade Law Center, África do Sul, [www.tralac.org/blog/article/15090-afcfta-phase-ii-and-iii-negotiations-update.html](http://www.tralac.org/blog/article/15090-afcfta-phase-ii-and-iii-negotiations-update.html).
- CNUCED (2021), *Transforming Southern Africa: Harnessing Regional Value Chains and Industrial Policy for Development*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, [https://unctad.org/system/files/official-document/gdsecidc2021d1\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/gdsecidc2021d1_en.pdf).
- Conway, M. et al. (2019), *Should Sub-Saharan Africa Make Its Own Drugs?*, McKinsey & Company, [www.mckinsey.com/industries/public-and-social-sector/our-insights/should-sub-saharan-africa-make-its-own-drugs](http://www.mckinsey.com/industries/public-and-social-sector/our-insights/should-sub-saharan-africa-make-its-own-drugs).
- CUA (2020), *African Trade Statistics 2020 Yearbook*, Comissão da União Africana, Addis Abeba, [https://au.int/sites/default/files/documents/39607-doc-af-trade\\_yearbook2020\\_v4\\_compremesse\\_1.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/39607-doc-af-trade_yearbook2020_v4_compremesse_1.pdf).
- CUA (2017), Projeto de Código Pan-Africano de Investimento, União Africana, Addis Abeba, [https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/33090-wd-3\\_pan\\_african\\_investment\\_code\\_e.pdf](https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/33090-wd-3_pan_african_investment_code_e.pdf).
- CUA/ATAF/OCDE (2021), *Revenue Statistics in Africa 2021: 1990-2019*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c511aa1e-en-fr>.
- CUA/OCDE (2021), *Africa's Development Dynamics 2021: Digital Transformation for Quality Jobs*, Comissão da União Africana, Addis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/0a5c9314-en>.
- CUA/OCDE (2019), *Africa's Development Dynamics 2019: Achieving Productive Transformation*, Comissão da União Africana, Addis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c1cd7de0-en>.
- CUA/OCDE (2018), *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, Comissão da União Africana, Addis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264302501-en>.
- Di Mauro, F. e M. Pesarin, (2013), *The GVAR Handbook: Structure and Applications of a Macro Model of the Global Economy for Policy Analysis*, Oxford University Press.
- ESC (2020), *Bouncing Back: Nigeria Economic Sustainability Plan*, Comité de Sustentabilidade Económica, Abuja, <https://media.premiumtimesng.com/wp-content/files/2020/06/ESC-Plan-compressed-1.pdf>.
- Evenett, S. J. e J. Fritz (2021), «Foreign Investment: How to make it work for developing countries», Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, <https://iap.unido.org/articles/foreign-investment-how-make-it-work-developing-countries>.
- fDi Markets (2021), fDi Markets (base de dados), [www.fdimarkets.com](http://www.fdimarkets.com) (consultado em 24 de setembro de 2021).
- Fernandes, A. M. et al. (2019), «Are trade preferences a panacea? The export impact of the African Growth and Opportunity Act», *Policy Research Working Paper*, n.º 8753, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/31316>.
- FMI (2021a), *World Economic Outlook Database*, projeções de outubro de 2021, <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October> (consultado em 27 de novembro de 2021).
- FMI (2021b), *Policy Responses to COVID-19: Policy Tracker*. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19#G>.
- Gereffi, G. e X. Luo (2014), «Risks and opportunities of participation in global value chains», *Policy Research Paper* n.º 6847, Banco Mundial, Washington, DC, <https://doi.org/10.1017/9781108559423.014>.
- Google/IFC (2020), «e-Economy Africa 2020: Africa's \$180 billion Internet economy future», International Finance Corporation, Washington DC, <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/e358c23f-afe3-49c5-a509-034257688580/e-Conomy-Africa-2020.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nmuGYF2>.

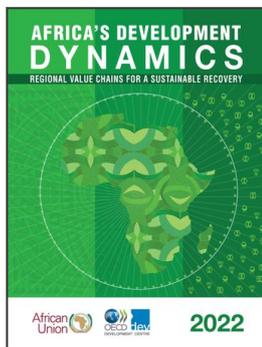


- GSMA (2019), «E-commerce in agriculture: New business models for smallholders' inclusion into the formal economy», Global System for Mobile Communications, Londres, <https://www.gsma.com/mobilefordevelopment/wp-content/uploads/2019/05/E-commerce-in-agriculture-new-business-models-for-smallholders-inclusion-into-the-formal-economy.pdf>.
- Habiyaremye, A. (2021), «Co-operative learning and resilience to COVID-19 in a small size South African enterprise», *Sustainability*, Vol. 13/4, pp. 1-17, <https://doi.org/10.3390/su13041976>.
- Hand, D. et al. (2020), *Annual Impact Investor Survey*, Global Impact Investment Network, Nova Iorque, <https://thegiin.org/assets/GIIN%20Annual%20Impact%20Investor%20Survey%202020.pdf>.
- IHME (2019), *The Global Burden of Diseases 2019* (base de dados), Institute for Health Metrics and Evaluation, [www.healthdata.org/gbd/2019](http://www.healthdata.org/gbd/2019) (consultado em 8 de setembro de 2021).
- IISD (2020a), «USD 3.6 Million for Nature-Based Solutions in Ethiopia», Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, Winnipeg, [www.iisd.org/sustainable-recovery/news/3-6-million-for-nature-based-solutions-in-ethiopia/#:~:text=The%20UN%20Economic%20Commission%20for,and%20community%20resilience%20in%20Ethiopia](http://www.iisd.org/sustainable-recovery/news/3-6-million-for-nature-based-solutions-in-ethiopia/#:~:text=The%20UN%20Economic%20Commission%20for,and%20community%20resilience%20in%20Ethiopia).
- IISD (2020b), «Stimulus for renewable energy technologies in Senegal», Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, Winnipeg, [www.iisd.org/sustainable-recovery/news/stimulus-for-renewable-energy-technologies-in-senegal/](http://www.iisd.org/sustainable-recovery/news/stimulus-for-renewable-energy-technologies-in-senegal/).
- INSME (2019), «Digitalising foreign trade procedures and boosting innovation in Morocco with PortNet», International Networks for SMEs, Roma, [www.insme.org/foreign-trade-customs-import-export-port-ecosystem-logistics-ecosystem/](http://www.insme.org/foreign-trade-customs-import-export-port-ecosystem-logistics-ecosystem/).
- Instituto Camões (2021), «Apoio Integrado ao Desenvolvimento Rural nas Regiões de Bafatá, Tombali e Quinara», [www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/UE-ACTIVA\\_Vfinal.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/UE-ACTIVA_Vfinal.pdf).
- ITC (2020), «Business and policy insights: Mapping e-Marketplace in Africa», Centro Internacional de Comércio, Genebra, [www.intracen.org/uploadedFiles/intracenorg/Content/Publications/B2C-marketplaces-20201221\\_final\\_Low-res.pdf](http://www.intracen.org/uploadedFiles/intracenorg/Content/Publications/B2C-marketplaces-20201221_final_Low-res.pdf).
- Kathuria, S. (2018), *A Glass Half Full: The Promise of Regional Trade in South Asia*, Grupo do Banco Mundial, Washington, DC, <http://hdl.handle.net/10986/30246>.
- Krishnan, A. e G. Pasquali (2020), «Do more diversified suppliers rebound faster than concentrated suppliers in times of shocks? Insight from Kenya», *WIDER Background Note 2020/8*, Helsinquia, <https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/WBN/2020-8>.
- Lakner, C. et al. (2021), «Updated estimates of the impact of COVID-19 on global poverty: Looking back at 2020 and the outlook for 2021», *World Bank Data Blog*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://blogs.worldbank.org/opendata/updated-estimates-impact-covid-19-global-poverty-looking-back-2020-and-outlook-2021>.
- Maher, H. et al. (2021), «Overcoming Africa's tech startup obstacles: How established enterprises can help the region's innovators scale up», BCG blog, Boston, <https://www.bcg.com/publications/2021/new-strategies-needed-to-help-tech-startups-in-africa>.
- Mathieu, E. et al. (2021), «Coronavirus (COVID-19) Vaccinations», *Our World in Data* (base de dados), <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations> (consultado em 5 de outubro de 2021).
- Maylie, D. (2020), «As apparel orders drop, one manufacturer in Africa turns to PPE», International Finance Corporation, Washington, DC, [www.ifc.org/wps/wcm/connect/region\\_ext\\_content/ifc\\_external\\_corporate\\_site/sub-saharan+afrika/news/as+apparel+orders+drop%2C+one+manufacturer+in+afrika+turns+to+ppe](http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/region_ext_content/ifc_external_corporate_site/sub-saharan+afrika/news/as+apparel+orders+drop%2C+one+manufacturer+in+afrika+turns+to+ppe).
- Meagher, K. (2019), «Working in chains: African informal workers and global value chains», *Agrarian South: Journal of Policy Economy*, Vol. 8/1-2, pp. 64-92, <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2277976019848567>.
- Ministério da Saúde do Quênia (2020), «President Uhuru announce 31 new cases of COVID 19 & unveils an 8-Economic Stimulus Programme to stimulate growth Nairobi», [www.health.go.ke/president-uhuru-announce-31-new-cases-of-covid-19-unveils-an-8-economic-stimulus-programme-to-stimulate-growth-nairobi-saturday-may-23-2020/](http://www.health.go.ke/president-uhuru-announce-31-new-cases-of-covid-19-unveils-an-8-economic-stimulus-programme-to-stimulate-growth-nairobi-saturday-may-23-2020/) (consultado em 27 de setembro de 2021).
- Mocevicute, E. e L. Babcock (2016), «Assessing the impact of a Commercial Mobile Agriculture (mAgri) solution», Technoserve, [www.technoserve.org/wp-content/uploads/2016/11/case-study-connected-farmer-alliance.pdf](http://www.technoserve.org/wp-content/uploads/2016/11/case-study-connected-farmer-alliance.pdf).
- Mold, A. e S. Chowdhury (2021), «Why the extent of intra-African trade is much higher than commonly believed – and what this means for the AfCFTA», *Africa in Focus* (blog), The Brookings Institution, Washington, DC, [www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2021/05/19/why-the-extent-of-intra-african-trade-is-much-higher-than-commonly-believed-and-what-this-means-for-the-afcfta/](http://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2021/05/19/why-the-extent-of-intra-african-trade-is-much-higher-than-commonly-believed-and-what-this-means-for-the-afcfta/).

- Ndzana Olomo, P. (2021), «The African Union Private Sector Development Strategy: A catalyzer of socio-economic transformation in Africa», *Georgetown Journal of International Affairs*, <https://gjia.georgetown.edu/2021/07/15/the-african-union-private-sector-development-strategy-a-catalyzer-of-socio-economic-transformation-in-africa/>.
- Newman, C. et al. (2019), «Linked-in by FDI: The Role of Firm-Level Relationships for Knowledge Transfers in Africa and Asia», *Journal of Development Studies*, Vol. 56/3, pp. 451-468, <https://doi.org/10.1080/00220388.2019.1585813>.
- Nickanor, N. et al. (2020), «Revisiting the African supermarket revolution: The case of Windhoek, Namibia», *Development Southern Africa*, Vol. 38/2, pp. 230-247, <https://doi.org/10.1080/0376835X.2020.1819774>.
- Nkengasong, J. (2021), «Building a new public health order for Africa - and a new approach to finance it», *Foresight Africa2021*, The Brookings Institution, Washington, DC, [www.brookings.edu/essay/support-for-public-health-preparing-for-the-next-pandemic/](http://www.brookings.edu/essay/support-for-public-health-preparing-for-the-next-pandemic/).
- OCDE (2021a), *Business Insights on Emerging Markets 2021*, OECD Emerging Markets Network, Centro de Desenvolvimento da OCDE, Paris, [www.oecd.org/dev/Business-Insights-Emerging-Markets-2021.pdf](http://www.oecd.org/dev/Business-Insights-Emerging-Markets-2021.pdf).
- OCDE (2021b), «Global value chains: Efficiency and risks in the context of COVID-19», *OECD Policy Responses to Coronavirus (COVID-19)*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/67c75fdc-en>.
- OCDE/SWAC (2020), *Africa's Urbanisation Dynamics 2020: Africapolis, Mapping a New Urban Geography*, West African Studies, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b6bccb81-en>.
- OCDE/SWAC (2016), «Transformations in the food economy & implications for policy making» (brochura), OCDE, Paris, [www.oecd.org/swac/topics/handout-transformations-food-economy-ENG.pdf](http://www.oecd.org/swac/topics/handout-transformations-food-economy-ENG.pdf).
- OCP (2021), «La Trade and Development Bank, le Groupe OCP, et dtitledgers propulsent le commerce intra-Africain d'engrais grâce à la blockchain en pleine pandémie de Covid-19», OCP, [https://ocpsiteprodsa.blob.core.windows.net/media/2021-03/CP%20OCP%20TDB-DLT%2029032021\\_vFR.pdf](https://ocpsiteprodsa.blob.core.windows.net/media/2021-03/CP%20OCP%20TDB-DLT%2029032021_vFR.pdf).
- ODI (2018), «Digitalisation and the future of manufacturing in Africa», Overseas Development Institute, Londres, <https://set.odi.org/digitalisation-manufacturing/>.
- OIT/OCDE/OIM/UNICEF (2019), *Ending Child Labour, Forced Labour and Human Trafficking in Global Supply Chains* Organização Internacional do Trabalho, OCDE, Organização Internacional das Migrações e Fundo das Nações Unidas para a Infância, [www.oecd.org/corruption/ending-child-labour-forced-labour-and-human-trafficking-in-global-supply-chains.htm](http://www.oecd.org/corruption/ending-child-labour-forced-labour-and-human-trafficking-in-global-supply-chains.htm).
- OMC (2020), «Trade Cost in the Time of Global Pandemic», *Covid-19 Reports*, n.º 11, Organização Mundial do Comércio, Genebra, <https://doi.org/10.30875/e29b9dca-en>.
- ONU (2021), «Monthly trade data» em *UN Comtrade* (base de dados), Nações Unidas, Nova Iorque <https://comtrade.un.org/> (consultado em 8 de setembro de 2021).
- Pahl, S. et al. (2019), «Jobs in global value chains: New evidence for four African countries in international perspective», *Policy Research Working Paper*, N.º 8953, Banco Mundial, Washington, DC, <https://doi.org/10.1596/1813-9450-8953>.
- Pasquali, G. (2021), «Labour conditions in regional versus global value chains: Insights from apparel firms in Lesotho and Eswatini», *WIDER Working Paper*, <https://doi.org/10.35188/unu-wider/2021/085-6>.
- Pasquali, G. e S. Godfrey (2021), «Governance of Eswatini apparel regional value chains and the implications of Covid-19», *European Journal of Development Research*, <https://doi.org/10.1057/s41287-021-00383-3>.
- Reijnders, L. S. M., M. P. Timmer e X. Ye (2021), «Labour demand in global value chains: Is there a bias against unskilled work?», *The World Economy*, Vol. 44/9, pp. 2547-2571, <https://doi.org/10.1111/twec.13092>.
- Roy, R. (no prelo), «The case for intra-continental trade: The re-orientation of Africa's trade and the twin challenges of development and environment», documento de base para a *Africa's Development Dynamics 2022*.
- Saurav, A. et al. (2021), *The Impact of COVID 19 on Foreign Investors: Evidence from the Quarterly Global Multinational Enterprise Pulse Survey for the First Quarter of 2021*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35803>.
- Shingal, A. e M. Mendez-Parra (2020), «African greenfield investment and the likely effect of the African Continental Free Trade Area», *Working Paper 387*, Conselho Indiano de Investigação sobre Relações Económicas Internacionais, [https://icrier.org/pdf/Working\\_Paper\\_387.pdf](https://icrier.org/pdf/Working_Paper_387.pdf).



- Sigé, L. e C. van der Ven (2019), *Keys to Success for the AfCFTA Negotiations*, Brookings Institution, Washington, DC, [www.brookings.edu/research/keys-to-success-for-the-afcfta-negotiations/](http://www.brookings.edu/research/keys-to-success-for-the-afcfta-negotiations/).
- Sims, A. C. (1980) «Macroeconomics and Reality», *Econometrica*, Vol. 48/1, pp. 1-48 <https://doi.org/10.2307/1912017>.
- Tang, H., Z. Zhihua e A. G. Zeufack (2021), «Assessing Asia: Sub-Saharan Africa global value chain linkages», *Kiel Working Papers*, n.º 2159, Kiel Institute for the World Economy, <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/564331623060653603/assessing-asia-sub-saharan-africa-global-value-chain-linkages>.
- Telegeography (2021), *Telegeography Database*, [www2.telegeography.com/telegeography-report-and-database](http://www2.telegeography.com/telegeography-report-and-database) (consultado em 21 de setembro de 2021).
- UA (2020), «Relatório apresentado à 13.ª Sessão Extraordinária da Assembleia sobre a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) em 5 de dezembro de 2020», União Africana, Adis Abeba, [https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/39710-wd-ext-assembly\\_au\\_2\\_xiii\\_e.pdf](https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/39710-wd-ext-assembly_au_2_xiii_e.pdf).
- UA/AUDA-NEPAD/BAfD (2021), «African Heads of States and Governments adopt the second phase of the Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA PAP 2) and the Africa Single Electricity Market (AfSEM)», Agência de Desenvolvimento da União Africana/NEPAD/Banco de Desenvolvimento Africano, Addis Abeba, <https://www.au-pida.org/news/african-heads-of-states-and-governments-adopt-the-second-phase-of-the-programme-for-infrastructure-development-in-africa-pida-pap-2-and-the-africa-single-electricity-market-afsem/>.
- UE (2021), «Post Covid-19 value chains: Options for reshoring production back to Europe in a globalised economy», União Europeia, Bruxelas, [www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2021/653626/EXPO\\_STU\(2021\)653626\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2021/653626/EXPO_STU(2021)653626_EN.pdf).
- UE (2020), «VCA4D Angola Coffee April 2020», União Europeia, Bruxelas, [www.europa.eu/capacity4dev/value-chain-analysis-for-development-vca4d-/searchgroup?text=café%20angola](http://www.europa.eu/capacity4dev/value-chain-analysis-for-development-vca4d-/searchgroup?text=café%20angola).
- UN ESCAP/Banco Mundial (2021), *ESCAP-World Bank Trade Cost Database*, Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico, Bangucoque, [www.unescap.org/resources/escap-world-bank-trade-cost-database](http://www.unescap.org/resources/escap-world-bank-trade-cost-database) (consultado em 4 de outubro de 2021).
- UNECA (2021), *Waving or Drowning? The Impact of Covid-19 Pandemic on East African Trade*, Comissão Económica das Nações Unidas para a África, Addis Abeba, <https://hdl.handle.net/10855/43923>.
- UNECA (2019), *Healthcare and Economic Growth in Africa*, Comissão Económica das Nações Unidas para a África, Addis Abeba, <https://hdl.handle.net/10855/43118>.
- UNIDO (2019), «The pharmaceutical industry in Sub-Saharan Africa: A guide for promoting pharmaceutical production in Africa», Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Viena, [www.unido.org/sites/default/files/files/2019-10/PHARMACEUTICAL\\_INDUSTRY\\_IN\\_SUB-SAHARAN\\_AFRICA\\_Guide\\_Book.pdf](http://www.unido.org/sites/default/files/files/2019-10/PHARMACEUTICAL_INDUSTRY_IN_SUB-SAHARAN_AFRICA_Guide_Book.pdf).



**From:**  
**Africa's Development Dynamics 2022**  
Regional Value Chains for a Sustainable Recovery

**Access the complete publication at:**  
<https://doi.org/10.1787/2e3b97fd-en>

**Please cite this chapter as:**

African Union Commission/OECD (2022), "Porque são as cadeias de valor regionais importantes para a recuperação económica em África", in *Africa's Development Dynamics 2022: Regional Value Chains for a Sustainable Recovery*, African Union Commission, Addis Ababa/OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/b8dc2d48-pt>

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.